O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	**COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS**	**02.846.056/0001-97**

4 - NIRE
35.300.158.334

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO	2 - BAIRRO OU DISTRITO
AV. CHEDID JAFFET, 222 BLOCO B 5º ANDAR	VILA OLIMPIA

3 - CEP	4 - MUNICÍPIO	5 - UF
04551-065	SÃO PAULO	SP

6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
11	3048-5921	3048-5925	-	

11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
11	3048-5903	3048-5911	-	

15 - E-MAIL
renato.vale@ccrnet.com.br

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME
ARTHUR PIOTTO FILHO

2 - ENDEREÇO COMPLETO	3 - BAIRRO OU DISTRITO
AV.CHEDID JAFFET, 222 - BLOCO B 5º ANDAR	VILA OLIMPIA

4 - CEP	5 - MUNICÍPIO	6 - UF
04551-065	SÃO PAULO	SP

7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
11	3048-5931	3048-5921	-	

12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
11	3048-5903	3048-5911	-	

16 - E-MAIL
arthur.piotto@ccrnet.com.br

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2008	31/12/2008	1	01/01/2008	31/03/2008	4	01/10/2007	31/12/2007

9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	10 - CÓDIGO CVM
KPMG Auditores Independentes	00418-9

11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	12 - CPF DO RESP. TÉCNICO
José Luiz Ribeiro de Carvalho	007.769.948-32

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2008	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2007	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2007
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	403.101.800	403.101.800	403.101.800
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	403.101.800	403.101.800	403.101.800
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 3990 - Emp. Adm. Part. - Sem Setor Principal
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	AGO	27/03/2008	Dividendo	11/04/2008	ON	0,5000000000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
08/05/2008	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2008	4 - 31/12/2007
1	Ativo Total	1.952.982	1.820.881
1.01	Ativo Circulante	529.752	578.353
1.01.01	Disponibilidades	506.096	551.959
1.01.01.01	Caixa e Bancos	1.121	13.927
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	504.975	538.032
1.01.02	Créditos	7.913	1.169
1.01.02.01	Clientes	7.913	1.169
1.01.02.01.01	Contas a Receber	75	523
1.01.02.01.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	7.838	646
1.01.02.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.02.02.01	Conta Reserva	0	0
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	15.743	25.225
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	13.558	24.248
1.01.04.02	IRPJ e CSLL Diferidos	0	0
1.01.04.03	Depósitos Judiciais	0	0
1.01.04.04	Pagamentos Antecipados Relac.à Concessão	0	0
1.01.04.05	Despesas Antecipadas	575	327
1.01.04.06	Outros Créditos	1.610	650
1.02	Ativo Não Circulante	1.423.230	1.242.528
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	49.000	34.142
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	327
1.02.01.01.01	Contas a Receber	0	327
1.02.01.01.02	Conta Reserva	0	0
1.02.01.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	2.706	1.724
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	2.706	1.724
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	46.294	32.091
1.02.01.03.01	Impostos a Recuperar	45.546	31.266
1.02.01.03.02	IRPJ e CSLL Diferidos	0	0
1.02.01.03.03	Depósitos Judiciais	50	40
1.02.01.03.04	Pagamentos Antecipados Relac.à Concessão	0	0
1.02.01.03.05	Despesa Antecipada de Outorga Fixa	0	0
1.02.01.03.06	Despesas Antecipadas	698	785
1.02.01.03.07	Outros Créditos	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	1.374.230	1.208.386
1.02.02.01	Investimentos	1.363.988	1.197.168
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2008	4 -31/12/2007
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	1.349.722	1.181.895
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	14.266	15.273
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	35	35
1.02.02.01.06	Provisão para Perda com Investimentos	(35)	(35)
1.02.02.02	Imobilizado	1.165	1.201
1.02.02.03	Intangível	179	199
1.02.02.04	Diferido	8.898	9.818

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2008	4 - 31/12/2007
2	Passivo Total	1.952.982	1.820.881
2.01	Passivo Circulante	264.330	65.722
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.01.01	Empréstimos e Finaciamentos	0	0
2.01.01.02	Contas a Pagar - Operações de "Hedge"	0	0
2.01.02	Debêntures	38.441	42.866
2.01.03	Fornecedores	2.835	1.739
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	599	190
2.01.04.01	Impostos e Contribuições a Recolher	599	190
2.01.04.02	Impostos e Contribuições Parcelados	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	201.551	0
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0
2.01.06.02	IRPJ e CSLL Diferidos	0	0
2.01.06.03	Contigências	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	2.151	12
2.01.08	Outros	18.753	20.915
2.01.08.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	18.510	15.356
2.01.08.02	Obrigações com o Poder Concedente	0	0
2.01.08.03	Outras Contas a Pagar	243	5.559
2.02	Passivo Não Circulante	105.146	137.309
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	105.146	137.309
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.01.02	Contas a Pagar - Operações de "Hedge"	0	0
2.02.01.02	Debêntures	75.000	112.500
2.02.01.03	Provisões	0	0
2.02.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0
2.02.01.03.02	IRPJ e CSLL Diferidos	0	0
2.02.01.03.03	Impostos e Contribuições a Recolher	0	0
2.02.01.03.04	Impostos e Contribuições Parcelados	0	0
2.02.01.03.05	Contigências	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	1.916	1.916
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	28.230	22.893
2.02.01.06.01	Obrigações com o Poder Concedente	0	0
2.02.01.06.02	Outros Contas a Pagar	28.230	22.893
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	1.583.506	1.617.850
2.04.01	Capital Social Realizado	571.234	571.234
2.04.02	Reservas de Capital	220.527	220.527

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2008	4 -31/12/2007
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	0	0
2.04.04.01	Legal	0	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	791.745	826.089
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/03/2008	4 - 01/01/2008 a 31/03/2008	5 - 01/01/2007 a 31/03/2007	6 - 01/01/2007 a 31/03/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	16.653	16.653	12.287	12.287
3.02	Deduções da Receita Bruta	93	93	(304)	(304)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	16.746	16.746	11.983	11.983
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(8.556)	(8.556)	(9.952)	(9.952)
3.04.01	Depreciação e Amortização	0	0	(1.031)	(1.031)
3.04.02	Serviços	(3.798)	(3.798)	(4.265)	(4.265)
3.04.03	Custo com Outorga	0	0	0	0
3.04.04	Custo com Pessoal	(3.216)	(3.216)	(3.310)	(3.310)
3.04.05	Materiais, Equipamentos e Veículos	(1.229)	(1.229)	(976)	(976)
3.04.06	Outros	(313)	(313)	(370)	(370)
3.05	Resultado Bruto	8.190	8.190	2.031	2.031
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	159.019	159.019	144.779	144.779
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(21.269)	(21.269)	(11.428)	(11.428)
3.06.03	Financeiras	8.021	8.021	6.295	6.295
3.06.03.01	Receitas Financeiras	14.628	14.628	13.745	13.745
3.06.03.01.01	Variações Monetárias e Cambiais	26	26	0	0
3.06.03.01.02	Ganho com Operações de "Hedge"	0	0	0	0
3.06.03.01.03	Juros e Outras Receitas Financeiras	14.602	14.602	13.745	13.745
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(6.607)	(6.607)	(7.450)	(7.450)
3.06.03.02.01	Juros s/Emprést.,Financ. e Debêntures	(3.824)	(3.824)	(4.873)	(4.873)
3.06.03.02.02	Variações Monetária s/Obrig.P.Concedente	0	0	0	0
3.06.03.02.03	Variações Monetárias e Cambiais	0	0	0	0
3.06.03.02.04	Perda com Operações de "Hedge"	0	0	0	0
3.06.03.02.05	Taxas, Comissões e Outras Desp. Financ.	(2.783)	(2.783)	(2.577)	(2.577)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(750)	(750)	(1.007)	(1.007)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/03/2008	4 - 01/01/2008 a 31/03/2008	5 - 01/01/2007 a 31/03/2007	6 - 01/01/2007 a 31/03/2007
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	173.017	173.017	150.919	150.919
3.07	Resultado Operacional	167.209	167.209	146.810	146.810
3.08	Resultado Não Operacional	(2)	(2)	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	(2)	(2)	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	167.207	167.207	146.810	146.810
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	167.207	167.207	146.810	146.810
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	403.101.800	403.101.800	403.101.800	403.101.800
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,41480	0,41480	0,36420	0,36420
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da ação e o dividendo por ação que estão expressos em R$)

Índice

Nota	Descrição	Página
1	Contexto operacional	11
2	Apresentação das demonstrações financeiras	14
3	Resumo das principais práticas contábeis	16
4	Demonstrações financeiras consolidadas	19
5	Disponibilidades	21
6	Aplicações financeiras vinculadas conta reserva – (consolidado)	21
7	Contas a receber	21
8	Impostos a recuperar	22
9	Imposto de renda e contribuição social	23
10	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	27
11	Outros créditos	28
12	Partes relacionadas	28
13	Investimentos	31
14	Imobilizado e intangível	35
15	Diferido	39
16	Empréstimos, financiamentos e debêntures	40
17	Plano de incentivo de longo prazo	50
18	Impostos, contribuições e parcelamentos a recolher	51
19	Outras contas a pagar	52
20	Compromissos vinculados à concessão	52
21	Provisão para contingências - consolidado	55
22	Patrimônio líquido	55
23	Instrumentos financeiros	56
24	Cobertura de seguros	58
25	Remuneração da administração	58
26	Eventos subseqüentes	59
27	Demonstrações dos fluxos de caixa	59

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 Contexto operacional

A Companhia de Concessões Rodoviárias (Companhia) tem como objeto social participar em empresas que possuam concessão de exploração de rodovias, assim como em empresas prestadoras de serviços relacionados a operação de rodovias, vias urbanas, pontes, túneis e infra-estruturas metroviárias.

As empresas que compõem o Grupo CCR são:

- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (NovaDutra)
- Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. (AutoBAn)
- Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (ViaLagos)
- Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (Ponte)
- Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (RodoNorte)
- Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (ViaOeste)
- Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro)
- Escafandro Participações S.A. (Escafandro)
- Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (Rodoanel)
- Parques Serviços Ltda. (Parques)
- Actua Serviços Compartilhados Ltda. (Actua Serviços)
- Actua Assessoria Ltda. (Actua Assessoria)
- Engelog Centro de Engenharia Ltda. (Engelog)
- Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP)
- Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V. (CCR México)
- CCR – USA, LLC. (CCR Estados Unidos)

As seguintes concessões são administradas por algumas das controladas, conforme abaixo:

- Até 28 de fevereiro de 2021, Rodovia BR-116/RJ/SP, que liga as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (Rodovia Presidente Dutra) e respectivas rodovias de acesso, totalizando 402,2 km. (NovaDutra);

- Até 31 de dezembro de 2026, Sistema Rodoviário Anhangüera-Bandeirantes composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, São Paulo - Limeira, totalizando 316,8 km. (AutoBAn);

- Até 12 de janeiro de 2022, ligação viária Rio Bonito - Araruama - São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ-124, trecho Rio Bonito - Araruama; paralela à RJ-106, trecho Araruama - São Pedro da Aldeia; e 4 km da RJ-106 do km 105 ao 109, totalizando 60,0 km. (ViaLagos);

- Até 31 de maio de 2015, Ponte Presidente Costa e Silva (Rio - Niterói), totalizando 23,3 km. (Ponte);

- Até 21 de novembro de 2021, Rodovia BR-376, Apucarana - São Luís do Purunã; Rodovia BR-277, São Luís do Purunã - Curitiba; PR-151, trecho Jaguariaíva - Ponta Grossa; e seus entroncamentos, totalizando 487,5 km. (RodoNorte);

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Até 31 de dezembro de 2022, SP-280 Rodovia Castello Branco, SP-270 Rodovia Raposo Tavares, SP-075 Rodovia Senador José Ermírio de Moraes e SP-091 Rodovia Dr. Celso Charuri, totalizando 162 km (ViaOeste);

- Até 29 de novembro de 2038, podendo ser prorrogado até 29 de novembro de 2041, para garantir 30 anos de exploração econômica, Linha Quatro – Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra (ViaQuatro).

As concessões em atividade consistem na exploração de rodovias e ponte mediante arrecadação de pedágio e, em extensão limitada, receitas provenientes da exploração da faixa de domínio ao redor das rodovias. As concessionárias são responsáveis por reparar, ampliar, conservar, manter e operar as rodovias e a ponte. Como parte das concessões, o Poder Concedente transferiu às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder até a assinatura do contrato de concessão, sendo responsabilidade destas zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos, além de fazer novos investimentos para a construção ou melhorias das rodovias e da ponte.

Os contratos de concessão não incluem cláusulas de renovação, com exceção da ViaLagos. A extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

No final do contrato de concessão das rodovias e ponte, retornam aos Poderes Concedentes todos direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. As concessionárias terão direito a ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados, e cuja implantação tenha sido autorizada pelos Poderes Concedentes.

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas. As fórmulas de reajuste das tarifas básicas são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

A Companhia detém participação minoritária (10%) do capital da empresa Northwest Parkway LLC, a qual detém o contrato de concessão para operação e manutenção da Northwest Parkway Public Highway, situada na cidade de Denver, no estado do Colorado, Estados Unidos da América. A rodovia tem extensão aproximada de 18 km, sendo 14 km em operação e 4 km a serem construídos para integrar o anel viário da cidade de Denver. O prazo desta concessão é de 99 anos e as operações foram assumidas em novembro de 2007. O acionista controlador é a Brisa – Autoestradas de Portugal S.A., com 90% de participação no capital social.

Além das concessões rodoviárias, a Companhia detém o controle da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro), a qual, em 29 de novembro de 2006, firmou o contrato de concessão com a Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo. O objetivo exclusivo da concessão é a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra. A ViaQuatro encontra-se em fase pré-operacional, com previsão de início das operações comerciais no segundo semestre de 2009.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Em 08 de janeiro de 2008 foi constituída a controlada Escafandro Participações S.A. com partipação de 99% da CCR – Companhia de Concessões Rodoviárias e 1% de sua controlada Actua Assessoria Ltda., com o objetivo de participação no capital de outras sociedades.

  A controlada Escafandro Participações S.A., em 29 de janeiro de 2008, firmou compromisso de compra e venda, irregovável e irretratável, com as empresas Encalso Construções Ltda. e Senpar Ltda., para aquisição de 40% do capital da Concessionária Renovias S.A. Em 07 de março de 2008, a Companhia e a sua controlada Escafandro Participações S.A. firmaram Contrato de Compra e Venda de Ações sob Condições Suspensivas.

  O valor acordado desta transação, sujeito a ajustes previstos no Contrato, é de R$ 265.000, tendo ocorrido o primeiro adiantamento em 11 de março de 2008, no valor de R$ 30.000. A liquidação financeira está sujeita à aprovação dos financiadores.

  A Renovias é uma concessionária de serviços públicos de rodovias que tem por objetivo administrar e operar a malha viária correspondente ao Lote 11 do Programa de Concessões de Rodovias do Estado de São Paulo, abrangendo cinco rodovias na região nordeste do Estado de São Paulo, na ligação entre Campinas, Circuito das Águas Paulistas e Sul de Minas Gerais, quais sejam SP-215, SP-340, SP-342, SP-344, e SP-350, com extensão de 345,6 km.

- Em 08 de janeiro de 2008 foi constituída a controlada Aldanati Participações S.A., com partipação de 99% da CCR – Companhia de Concessões Rodoviárias e 1% de sua controlada Actua Assessoria Ltda.., com o objetivo de participação no capital de outras sociedades. Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 24 de março de 2008, foi reformado o Estatuto Social dessa controlada, na qual foi modificada sua razão social para Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

  Em 11 de março de 2008, o Consórcio Integração Oeste, com participação de 95% da Companhia e 5% da Encalso Construções Ltda., obteve a melhor classificação dentre as propostas de menor tarifa de pedágio apresentadas no processo licitatório da Concessão Onerosa do Rodoanel Mário Covas – trecho Oeste. O leilão foi promovido pela ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo. A concessão tem um prazo de 30 anos e a futura concessionária será responsável pela execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho Oeste do Rodoanel. Em 7 de maio de 2008 o Conselho Diretor da ARTESP homologou a decisão da Comissão de Processamento e Julgamento das Propostas, que declarou vencedora a proposta comercial apresentada pelo Consórcio Integração Oeste.

Além das concessões a Companhia possui participação nas seguintes empresas:

- As controladas Actua Serviços Compartilhados Ltda., Actua Assessoria Ltda., Engelog Centro de Engenharia Ltda. e Parques Serviços Ltda. têm por objetivo a prestação de serviços às empresas controladas pela Companhia.

- A controlada em conjunto Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., através das controladas Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. e Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento Ltda., contava, em 31 de março de 2008, com uma carteira de 562 mil clientes, o que representa 968 mil TAG's ativos do sistema de cobrança eletrônica de pedágio nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul.

  A Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. tem incentivado cada vez mais o desenvolvimento da cobrança eletrônica de pedágio e de estacionamento, visando proporcionar maior comodidade e conforto aos usuários.

- Em 6 de junho de 2006 foi constituída a Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V., cujo objetivo principal é explorar, em território mexicano, os mercados de concessões rodoviárias e de infraestrutura de trens subterrâneos (metrô).

- Em 21 de junho de 2007, foi constituída a CCR – USA, LLC, cujo objetivo principal é prospectar negócios de concessão nos Estados Unidos da América. No momento, a CCR – USA, LLC detém investimento na Northwest Parkway LLC.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a. Apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária e normas da Comissão de Valores Mobiliários.

b. Demonstração dos fluxos de caixa

Até 31 de dezembro de 2007, com o objetivo de aprimoramento das informações financeiras prestadas ao mercado, a Companhia vinha apresentando, como informação suplementar às demonstrações financeiras, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, preparada de acordo com a NPC 20, emitida pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Com a entrada em vigor da Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, esta demonstração passou a ser obrigatória.

c. Reclassificações

- **Demonstração de resultado no trimestre**

  Controladora

  A amortização do ágio no valor de R$ 1.007 na rubrica de “Depreciação e Amortização”, que fora incluído no grupo “Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos”, foi reclassificada para “Outras Despesas Operacionais”, no grupo de “Despesas/Receitas Operacionais”, para melhor apresentação das demonstrações financeiras.

Consolidado

A amortização do ágio da controlada ViaOeste no valor de R$ 3.470 na rubrica de "Gerais e Administrativas" foi reclassificada para "outras despesas operacionais" no mesmo grupo, totalizando R$ 4.477, para melhor apresentação das demonstrações financeiras.

- **Demonstração dos fluxos de caixa**

Os pagamentos relativos ao direito de outorga (outorga fixa e variável) foram reclassificados dos Fluxos de caixa das atividades de financiamento para os Fluxos de caixa das atividades operacionais.

Os saldos de "obrigações com o poder concedente" contêm reclassificação para "aquisição do ativo imobilizado", referente à compensação dos pagamentos de ônus fixo com os custos incorridos nas obras de São Roque e Brigadeiro Tobias.

A amortização do ágio da controlada ViaOeste no valor de R$ 3.470 foi reclassificada de "Depreciação e amortização" para "Amortização do ágio".

2.1 Alterações na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº. 11.638/07

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei n°. 11.638, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008. O objetivo da nova lei foi o de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) permitindo que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM com base nas IFRS.

Com base na Instrução CVM 469 emitida em 2 de maio de 2008, a Administração da Companhia e de suas controladas destacam os seguintes assuntos que, na sua avaliação, deverão afetar a elaboração das demonstrações financeiras para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2008:

(a) Determinados instrumentos financeiros e derivativos deverão ser contabilizados a valor de mercado. Os efeitos da valorização a mercado não deverão afetar significativamente a posição patrimonial e financeira da Companhia, cujos valores de mercado estão apresentados na nota 23.d.

(b) Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo. Não foram identificadas operações que possam ser impactadas por este conceito.

(c) Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia e controlada os benefícios, os riscos e o controle dos bens (exemplo: "leasing" financeiro). A Companhia não mantém operações relevantes que configurem arrendamento capitalizável.

(d) Substituição da demonstração das origens e aplicação de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa e inclusão da demonstração do valor adicionado. A demonstração dos fluxos de caixa já é apresentada nas demonstrações financeiras trimestrais e juntamente com a demonstração do valor adicionado será apresentada nas demonstrações financeiras anuais.

(e) Criação da conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, para registro dos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência e da avaliação a preços de mercado. O efeito esperado encontra-se explicado no item (a) relativo a valorização dos derivativos.

A presente avaliação da Administração das modificações trazidas pela nova lei está fundamentada na normatização atualmente emitida e poderá ser alterada em função de normatizações posteriores que vierem a ser emitidas pelos órgãos reguladores.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita operacional é reconhecida quando da utilização das rodovias, ponte e quando da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

b. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e do diferido, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, provisão para perdas com investimentos, imposto de renda diferido e valoração de instrumentos derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas, pelo menos, trimestralmente.

c. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários, denominados em moedas estrangeiras, foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício. As demonstrações financeiras das subsidiárias localizadas no exterior, para efeito de equivalência patrimonial e consolidação, foram convertidas da moeda local para reais pela taxa de câmbio na data do fechamento.

d. Ativos circulante e não circulante

- **Aplicações financeiras**

  As aplicações financeiras são demonstradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- **Provisão para devedores duvidosos**

  A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

- **Investimentos**

  Os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

  Os ágios gerados na aquisição e aumento das participações em controladas, com base na expectativa de rentabilidade futura, são amortizados linearmente.

  Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

  As informações sobre os investimentos estão divulgadas na nota nº. 13.

- **Imobilizado e Intangível**

  O imobilizado e o intangível são demonstrados ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações e amortizações acumuladas. As principais melhorias são capitalizadas e os gastos com manutenção e reparos são debitados no resultado, quando incorridos. Os custos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não finalizados, são contabilizados como imobilizações em andamento. A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear às taxas consideradas compatíveis com a vida útil e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação e amortização estão demonstradas na nota explicativa nº. 14.

- **Diferido**

  O ativo diferido é registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear à taxa de 20% ao ano, relativo a gastos que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social.

  No consolidado, o ativo diferido é composto de despesas pré-operacionais incorridas no início dos contratos de concessão, pelo custo de aquisição de quinhão consorcial do Consórcio Operador Parques (controladora e consolidado), pela incorporação do ágio gerado na aquisição da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. e pelo ágio da Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A., sob o fundamento econômico da expectativa de rentabilidade futura.

  As taxas de amortização do diferido estão divulgadas na nota nº. 15.

- **Demais ativos circulante e não circulante**

  São apresentados pelo valor líquido de realização.

e. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

- **Provisões**

  Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

- **Imposto de renda e contribuição social**

  Para as empresas que operam no regime fiscal de lucro real, o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 ao ano, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

  Para as empresas tributadas no regime de lucro presumido, as alíquotas são as mesmas citadas acima, porém a base de cálculo é de 32% sobre a receita operacional bruta acrescida das receitas financeiras.

  Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº. 371/02 e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade.

- **Demais passivos circulantes e não circulantes**

  São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

- **Direito de concessão**

  A Companhia segue a prática contábil de não ativar o direito de outorga, tratando-o como uma espécie de arrendamento operacional (aluguel), não reconhecendo passivo relativo a obrigações futuras de pagamentos de direito de outorga ao Poder Concedente. As divulgações requeridas pelo Comunicado Técnico nº. 03/03 do IBRACON, referendado pelo Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2008, encontram-se descritas na nota explicativa nº. 20.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e suas controladas a seguir relacionadas:

	Porcentagem de participação	
	31/03/08	31/12/07
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	100.00	100.00
Concessionária do Sistema Anhangüera - Bandeirantes S.A.	100.00	100.00
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	100.00	100.00
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.	100.00	100.00
Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	85,92	85,92
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.	100.00	100.00
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (controle compartilhado)	58,00	58,00
Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V.	100.00	100.00
CCR – USA, LLC	100,00	100,00
Parques Servicos Ltda.	85.92	85.92
Actua Servicos Compartilhados Ltda.	99.90	99.90
Actua Assessoria Ltda.	99,90	99,90
Engelog Centro de Engenharia Ltda.	99,90	99,90
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (controle compartilhado)	38,25	38,25
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.	99,00	-
Escafandro Participações S.A.	100,00	-

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

b. Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;

c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;

d. As participações dos minoritários da Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. e da Parques Serviços Ltda., no patrimônio líquido e no resultado, foram destacadas e registradas na rubrica “Participação dos minoritários”;

e. Para fins de consolidação, as demonstrações financeiras das controladas no exterior CCR México e CCR – USA, LLC, foram convertidas pela taxa de câmbio na data do

fechamento do balanço;

f. A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro) e a Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP), ambas com controle compartilhado, foram consolidadas proporcionalmente ao percentual de participação. Cada rubrica das demonstrações financeiras foi, portanto, consolidada após a aplicação do percentual de participação. Conseqüentemente, não há destaque das participações de minoritários.

O montante dos principais grupos do ativo, passivo e resultado dessas controladas em conjunto, bem como o percentual de participação em cada uma delas, estão a seguir demonstrados:

	31/03/08				31/12/07			
	STP		ViaQuatro		STP		ViaQuatro	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	38,25%	100%	58%
Ativo circulante	198.525	75.936	8.055	4.672	202.975	77.638	2.522	1.463
Ativo não circulante	32.628	12.480	44.590	25.862	31.605	12.089	19.814	11.492
Realizável a longo prazo	24	9	-	-	-	-	-	-
Ativo permanente	32.604	12.471	44.590	25.862	31.605	12.089	19.814	11.492
Total do ativo	231.153	88.416	52.645	30.534	234.580	89.727	22.336	12.955
Passivo circulante	189.864	72.623	6.610	3.834	195.971	74.959	6.302	3.655
Passivo não circulante	677	259	-	-	544	208	-	-
Patrimônio líquido	40.612	15.534	46.035	26.700	38.065	14.560	16.034	9.300
Total do passivo	231.153	88.416	52.645	30.534	234.580	89.727	22.336	12.955

	31/03/08				31/03/07			
	STP		ViaQuatro		STP		ViaQuatro	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	38,25%	100%	70,53%
Receita operacional líquida	25.511	9.758	-	-	19.200	7.344	-	-
Custos dos serviços prestados	(7.741)	(2.961)	-	-	(5.281)	(2.020)	-	-
Lucro bruto	17.770	6.797	-	-	13.919	5.324	-	-
Despesas operacionais	(6.567)	(2.512)	-	-	(10.633)	(4.067)	-	-
Resultado operacional	11.203	4.285	-	-	3.286	1.257	-	-
Receitas financeiras	1.085	415	-	-	578	221	-	-
Resultado não operacional	47	18	-	-	(123)	(47)	-	-
Resultado antes do IR e CS	12.335	4.718	-	-	3.741	1.431	-	-
IR e CS corrente e diferido	(4.455)	(1.704)	-	-	(768)	(294)	-	-
Lucro líquido do período	7.880	3.014	-	-	2.973	1.137	-	-

5 Disponibilidades

	Controladora		Consolidado	
	31/03/08	31/12/07	31/03/08	31/12/07
Caixa e bancos	1.121	13.927	16.277	74.677
Aplicações financeiras	504.975	538.032	818.890	705.700
	506.096	551.959	835.167	780.377

As aplicações financeiras referem-se aos fundos de investimentos de renda fixa, remunerados à taxa de 100% do CDI, equivalente a 11,25% ao ano (11,90% ao ano em 31 de dezembro de 2007).

6 Aplicações financeiras vinculadas conta reserva – (consolidado)

O saldo em 31 de março de 2008 refere-se basicamente às aplicações efetuadas pela controlada AutoBAn, para garantia dos empréstimos contratados junto ao BNDES e será liberado quando do pagamento das parcelas ou substituição da garantia (vide nota explicativa nº. 16).

Os valores aplicados são remunerados na mesma base das aplicações financeiras.

7 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/08	31/12/07	31/03/08	31/12/07
Circulante				
Pedágio eletrônico – STP (a)	-	-	81.102	68.358
Pedágio eletrônico – outros (b)	-	-	7.555	7.389
Receitas acessórias (c)	-	-	5.397	9.499
Outros	75	523	3.090	4.268
	75	523	97.144	89.514
Provisão para devedores duvidosos (d)	-	-	(10.892)	(5.904)
	75	523	86.252	83.610
Não circulante				
Poder concedente - ViaOeste (e)	-	-	24.292	24.292
Receitas acessórias (c)	-	-	2.118	2.118
Outros	-	327	-	327
	-	327	26.410	26.737
Provisão para devedores duvidosos (d)	-	-	(2.118)	(2.118)
Provisão para devedores duvidosos -ViaOeste (e)	-	-	(24.292)	(24.292)
	-	-	(26.410)	(26.410)
	-	327	-	327

(a) Referem-se aos créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários (principalmente taxas de adesão e manutenção de pedágio eletrônico) e aos valores consolidados proporcionalmente da tarifa de pedágio e estacionamento da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.

(b) Referem-se aos créditos a receber decorrentes, basicamente, de operações com cartões de crédito e vale pedágio.

(c) Referem-se aos créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão.

(d) Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) – É constituída provisão para devedores duvidosos para títulos vencidos entre 90 e 120 dias.

(e) Refere-se ao saldo a receber do Poder Concedente, originado pelas receitas asseguradas quando da adoção de Regime Especial Transitório, conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº 3, para o período de agosto de 2002 a abril de 2004, decorrente da diminuição do tráfego da Rodovia Castello Branco pela interferência do Rodoanel Mário Covas.

Este valor está em discussão entre as partes e os assessores jurídicos entendem que o desfecho da causa provavelmente será favorável à controlada. Mesmo com base neste entendimento, por ser um ativo cuja realização ainda não é praticamente certa, foi totalmente provisionado.

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/08	31/12/07	31/03/08	31/12/07
Circulante				
Imposto de renda retido na fonte	3.854	14.835	5.740	15.293
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (anos anteriores)	750	1.201	3.977	3.185
Antecipações de imposto de renda e contribuição social (do ano)	-	-	41.718	1.201
PIS retido	1.533	1.249	1.805	1.441
COFINS retida	6.283	5.759	6.713	6.359
CSLL retida	1.132	1.017	1.282	1.084
ISS a recuperar de pedágio	-	-	4.526	4.157
Outros	6	187	310	1.022
	13.558	24.248	66.071	33.742
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (anos anteriores)	45.546	31.266	45.545	31.266

9 Imposto de renda e contribuição social

Os créditos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, de bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, os quais não possuem prazo de prescrição para sua recuperação, foram registrados e atendem às disposições da Deliberação CVM n° 273/98 e da Instrução CVM n° 371/02. Esses créditos estão registrados no ativo circulante e não circulante, considerando a expectativa de realização, determinada com base nas projeções de rentabilidade futura das concessionárias e no limite de 30% para compensação anual dos lucros tributáveis.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social no resultado estão conciliados com as respectivas alíquotas, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31/03/08		31/03/07		31/03/08		31/03/07	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Regime fiscal de lucro real anual								
Lucro antes da tributação/participação	167.207	167.207	146.810	146.810	260.547	260.547	216.062	216.062
Lucro das controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	-	-	(8.297)	(8.297)	(16.535)	(16.535)
Participação dos minoritários	-	-	-	-	(2.534)	(2.534)	(3.228)	(3.228)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	167.207	167.207	146.810	146.810	249.716	249.716	196.299	196.299
Ajuste referente ao método de equivalência patrimonial (MEP)	(173.017)	(173.017)	(150.919)	(150.919)	-	-	-	-
Lucro / (prejuízo) antes do IRPJ, CSLL e MEP	(5.810)	(5.810)	(4.109)	(4.109)	249.716	249.716	196.299	196.299
Ajustes para o cálculo dos impostos								
Adições	4.873	4.873	1.592	1.592	22.972	22.972	4.981	4.981
Exclusões	-	-	-	-	(17.605)	(17.605)	(1.927)	(1.927)
Base de cálculo dos impostos	(937)	(937)	(2.517)	(2.517)	255.083	255.083	199.353	199.353
Compensação de prejuízos acumulados e base negativa	-	-	-	-	(8.395)	(8.395)	(9.040)	(9.040)
Lucro real / (prejuízo) a compensar	(937)	(937)	(2.517)	(2.517)	246.688	246.688	190.313	190.313
Impostos correntes	-	-	-	-	62.691	22.605	49.011	17.723
Regime fiscal de lucro presumido								
Receita bruta	-	-	-	-	17.021	17.021	3.843	3.843
Receita financeira	-	-	-	-	73	73	91	91
Base de cálculo (32% da receita bruta + receita financeira)	-	-	-	-	17.094	17.094	3.934	3.934
Impostos correntes	-	-	-	-	1.398	509	2.755	998
Total de impostos correntes	-	-	-	-	64.089	23.114	51.766	18.721
Diferenças temporárias	-	-	-	-	1.958	1.949	(3.585)	(3.716)
Compensação de prejuízos acumulados e base negativa	-	-	-	-	10.016	10.016	8.816	8.816
Constituição de ativo fiscal diferido	-	-	-	-	(33)	(33)	(19.400)	(15.335)
Base de cálculo de impostos diferidos	-	-	-	-	11.941	11.932	(14.169)	(10.235)
Impostos diferidos	-	-	-	-	2.650	953	(3.542)	(921)
Total de impostos correntes e diferidos	-	-	-	-	66.739	24.067	48.224	17.800
Alíquota efetiva	-	-	-	-	26%	9%	23%	8%

O imposto de renda e a contribuição social das controladas Actua Serviços Compartilhados Ltda. e Actua Assessoria Ltda. foram calculados pelo critério do lucro presumido.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo e passivo

	Consolidado	
	31/03/08	**31/12/07**
Ativos fiscais diferidos decorrentes de:		
Prejuízos fiscais e base negativa	40.603	48.145
Diferenças temporárias	22.366	22.256
Ativos fiscais não constituídos em função da Instrução CVM nº. 371/02	(22.486)	(26.234)
Ativos fiscais diferidos líquidos da parcela não constituída	40.483	44.167
Circulante	20.885	19.129
Não circulante	19.598	25.038

O imposto de renda e contribuição social diferidos por Companhia estão representados por:

	31/03/08	**31/12/07**
Ativo		
RodoNorte (1)	14.931	17.713
ViaOeste (2)	9.480	9.194
ViaLagos (1)	5.040	7.932
AutoBAn (2)	5.977	5.034
Ponte (2)	2.014	1.540
NovaDutra (2)	1.702	1.713
STP (2)	567	628
Parques (2)	396	395
Engelog(2)	358	-
CCR México (2)	18	18
	40.483	44.167
Passivo		
RodoNorte (3)	1.382	1.514

Para constituição do crédito tributário, foi considerado o seguinte:

(1) De acordo com a Instrução CVM 371/02 as controladas RodoNorte e ViaLagos registraram ativos fiscais diferidos sobre a parcela realizável dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, suportada por plano de negócio aprovado pelos órgãos da Administração.

(2) Ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias.

(3) A Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A., optou por utilizar o facultado pela legislação fiscal no que tange ao diferimento da variação cambial, que permite que a apuração e recolhimento dos tributos de natureza federal sejam

considerados somente no momento de sua realização. Os valores registrados contabilmente, pelo regime de competência, são adicionados ou excluídos para fins fiscais quando da apuração e pagamento dos tributos.

c. Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Expectativa de realização:

2009	17.061
2010	1.267
2011	1.270
Total	19.598

As declarações relativas às perspectivas dos negócios, às projeções de resultados operacionais e financeiros e ao potencial de crescimento da Companhia e suas controladas constituem-se em previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia e suas controladas. Essas expectativas estão sujeitas à alterações decorrentes do mercado, do desempenho econômico do Brasil, de índices econômico-financeiros, da indústria e dos mercados internacionais, sendo, portanto, passíveis de mudança.

d. Passivo não circulante consolidado

O imposto de renda e contribuição social, registrados no passivo não circulante, por Companhia, estão representados por:

	31/03/08	31/12/07
AutoBAn	202.278	182.490
ViaOeste	35.067	31.126
	237.345	213.616

e. Imposto de Renda e Contribuição Social das controladas AutoBAn e ViaOeste

A partir de 1º de julho de 2006, o Imposto de Renda e a Contribuição Social Correntes dessas controladas são calculados considerando-se diretamente no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) as deduções fiscais relativas à amortização do direito de outorga e às respectivas variações monetárias, decorrentes das obrigações junto ao Poder Concedente. Desde a implantação deste procedimento, as diferenças temporárias de impostos, geradas pela diferença entre o lucro contábil e o lucro real (fiscal), estão sendo registradas no passivo não circulante.

10 Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Consolidado	
	31/03/08	31/12/07
Circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão – início da concessão (1)	9.201	9.201
Não circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão – início da concessão (1)	143.265	145.565
Despesa antecipada de outorga fixa – extensão do prazo da concessão (2)	113.173	90.140
	256.438	235.705

(1) Outorga da concessão

(1.1) Durante o primeiro ano da concessão, a controlada Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A. efetuou pagamentos antecipados ao Poder Concedente, basicamente relacionados às obrigações decorrentes de contratos subrogados e obrigações relacionadas à outorga, sendo esses valores registrados no ativo, na rubrica de pagamentos antecipados relativos à concessão.

Em razão da mudança no prazo de concessão, prorrogado de 20 para 28 anos e 8 meses, o saldo de pagamentos antecipados da Outorga da Concessão, existente em 31 de dezembro de 2006, passou a ser apropriado daquela data até o novo prazo final de concessão, ou seja, até 31 de dezembro de 2026.

(1.2) A controlada Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. efetuou pagamentos antecipados adicionais de outorga relativos ao período de março a outubro de 1998, previstos no contrato de concessão (outorga prefixada) registrados no ativo, na rubrica de pagamentos antecipados relativos à concessão.

Em razão da mudança no prazo de concessão, prorrogado de 20 para 24 anos e 9 meses, o saldo de pagamentos antecipados da Outorga da Concessão, existente em 31 de dezembro de 2006, passou a ser apropriado daquela data até o novo prazo final de concessão, ou seja, até 31 de dezembro de 2022.

(1.3) A controlada Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. efetuou, em 30 de novembro de 2005, o pagamento antecipado da outorga referente às parcelas a incorrer a partir da data mencionada até o final da concessão.

(2) A mudança do prazo de concessão, mencionada no contexto operacional, não impactou no valor dos pagamentos mensais de outorga fixa, descritos na nota explicativa nº.20. Para adequar o valor do custo mensal do direito de outorga fixa reconhecido no resultado ao novo prazo de concessão, as controladas ViaOeste e AutoBAn passaram a tratar parte do valor pago mensalmente ao Poder Concedente como despesa paga antecipadamente. Esse saldo será apropriado no período correspondente ao aumento do prazo de concessão, de abril de 2018 até dezembro de 2022, na ViaOeste e, de maio de 2018 até dezembro de 2026, na AutoBAn, para que dessa forma o custo de outorga fixa seja reconhecido de forma linear no resultado durante o prazo remanescente da concessão. O

valor reduzido do custo referente ao pagamento de outorga fixa e reconhecido como despesa paga antecipadamente no trimestre findo em 31 de março de 2008, totaliza o montante de R$ 14.155 na ViaOeste e R$ 99.018 na AutoBAn.

11 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/08	31/12/07	31/03/08	31/12/07
Circulante				
Adiantamentos a terceiros	870	623	7.107	4.416
Adiantamentos de pessoal	239	27	946	719
Outros	501	-	1.444	424
	1.610	650	9.497	5.559

12 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, acionistas controladores e demais empresas pertencentes ao grupo, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a. Controladora

	Transações		Saldos			
	Despesas	Receitas	Ativo		Passivo	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladas						
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.	-	479	145	-	-	-
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	-	501	103	-	-	-
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (c)	-	-	-	1.724	-	-
Consórcio Operador Parques (d)	-	15.434	-	-	-	-
Actua Serviços Compartilhados Ltda. (a)	221	-	2	-	-	-
Actua Assessoria Ltda. (a)	298	-	-	-	-	-
Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	-	-	5.809	-	-	-
CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A.	-	-	3	-	-	-
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.	-	-	1.719	-	-	-
Benito Roggio Transporte Ltda.	-	-	-	491	-	-
RATP Developpment S.A.	-	-	-	491	-	-
Parques Serviços Ltda.	-	-	-	-	1.971	-
Engelog Centro de Engenharia Ltda. (b)	539	-	-	-	168	-
Controladoras						
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	-	-	-	-	12	720
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	-	-	-	-	-	720
Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Eng.	-	-	-	-	-	476
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	57	-	-	-
Total, 31 de março de 2008	1.058	16.414	7.838	2.706	2.151	1.916
Total, 31 de dezembro de 2007	3.785	66.759	646	1.724	12	1.916
Total, 31 de março de 2007	944	12.060				

(a) Prestadores exclusivos de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR.

(b) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimento, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR.

(c) O valor de R$ 1.724 refere-se ao adiantamento para futuro aumento de capital, efetuado em 8 de junho de 2005.

(d) Serviços de operação e manutenção exclusivos para a RodoNorte.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Consolidado

As controladas contratam, diretamente ou através de consórcios, serviços dos acionistas da Companhia ou de outras controladas ou afiliadas desses acionistas. As transações e os saldos são compostos por:

	Transações			Saldos			
				Ativo		Passivo	
	Serviços prestados	Imobilizado	Receitas	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não circulante
Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (a)	-	-	-	51.441	-	80	-
Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento Ltda.(a)	-	-	-	1.815	-	-	-
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (c)	-	-	-	-	-	1.145	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (c)	-	-	-	-	-	7	720
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	-	-	-	-	-	-	720
Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia (c)	-	397	-	-	-	4.434	476
COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (b)	45.606	-	-	127	-	14.490	-
Actua Assessoria Ltda	-	-	17	-	-	-	-
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	-	-	61	-	-	-	-
J. Malucelli Construtora de Obras Ltda.	-	-	-	-	-	97	-
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	-	10	-	-	-
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	-	59	-	-	-
Andrade Gutierrez Concessões S.A.	-	-	-	-	-	1.291	-
Benito Roggio Transporte Ltda.	-	-	-	-	491	-	-
Cesbe S.A. Engenharia e Equipamentos	-	-	-	-	-	97	-
Consórcio Vila Velha	-	473	2.932	81	-	473	-
Engelog – Centro de Engenharia Ltda.	-	-	464	-	-	24	-
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	-	-	-	5	-	-	-
RATP Developpment S.A.	-	-	-	-	491	-	-
Consórcio Construtor Anhanguera	-	10.145	-	-	-	3.690	-
Consórcio Operador Parques (d)	2.530	-	-	344	-	916	-
Total, 31 de março de 2008	48.136	11.015	3.474	53.882	982	26.744	1.916
Total, 31 de dezembro de 2007	198.128	50.966	4.647	62.792	-	19.533	1.916
Total, 31 de março de 2007	55.308	21.585	1.146				

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores e a remuneração dos serviços prestados às concessionárias por partes relacionadas foram estabelecidos, principalmente, com base nos valores orçados, quando da preparação do plano para exploração das concessões.

(a) Refere-se aos valores de tarifa de pedágio cobrado de usuários do sistema de pedágio automático, os quais serão repassados para as controladas no período subseqüente.

(b) O custo de serviços prestados, no montante de R$ 45.606, refere-se ao custo de operação e manutenção da controlada NovaDutra.

(c) Refere-se a contrato de prestação de serviços de obras nas rodovias.

(d) O custo de serviços prestados, no montante de R$ 2.530, refere-se ao custo para execução de manutenção de serviços de conservação e operação da controlada RodoNorte.

13 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/08	31/12/07	31/03/08	31/12/07
Participações avaliadas pela equivalência patrimonial	1.349.722	1.181.895	-	-
Participações avaliadas pelo custo (1)	-	-	47.389	47.990
Adiantamento para investimentos (2)	-	-	30.000	-
Ágio a amortizar (3)	14.266	15.273	14.266	15.273
	1.363.988	1.197.168	91.655	63.263

(1) O saldo de investimento no consolidado refere-se à participação de 10% da CCR-USA, LLC na Northwest Parkway LLC, realizado em 2007, conforme explicado na nota nº. 1.

(2) Adiantamento realizado pela controlada Escafandro Participações S.A. decorrente do Contrato de Compra e Venda de Ações sob Condições Suspensivas, destinado à aquisição de 40% do capital social da Concessionária Renovias S.A., datado de 07 de março de 2008.

(3) O ágio a amortizar é decorrente da aquisição da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., pago a outras concessionárias, bem como do aumento de participação na Parques Serviços Ltda. e na Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado à razão de 10% a.a. (STP) e de 20% a.a. (Parques e RodoNorte).

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As informações sobre as participações societárias avaliadas pela equivalência patrimonial estão apresentadas como segue:

	Capital social	Lucro (prejuízo) do período ajustado	Patrimônio líquido ajustado	Participação no capital da investida	Saldo de investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
					31/03/08	31/12/07	31/03/08	31/03/07
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	193.149	46.783	452.411	100,00%	452.411	445.546	46.783	30.196
Concessionária do Sistema Anhangüera – Bandeirantes S.A.	171.162	72.795	346.350	100,00%	346.350	273.554	72.795	60.191
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	11.292	4.013	16.310	100,00%	16.310	18.275	4.013	3.750
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.	22.073	5.898	39.111	100,00%	39.111	33.214	5.898	5.639
Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	107.480	17.817	154.737	85,92%	132.950	117.643	15.308	19.672
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.	139.763	16.775	284.532	100,00%	284.532	267.757	16.775	18.696
Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V. (c)	811	(426)	(2.326)	100,00%	(2.326)	(1.973)	(426)	(992)
Parques Serviços Ltda.	10	103	600	85,92%	516	427	88	3
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	10	2.918	645	99,90%	452	265	2.722	3.001
Actua Assessoria Ltda.	10	3.547	9.559	99,90%	9.305	7.706	3.299	3.945
Engelog Centro de Engenharia Ltda. (b)	10	4.797	6.485	99,90%	(1.041)	(4.196)	3.663	5.681
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.	16.358	7.880	40.612	38,25%	15.534	14.560	3.014	1.137
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (a)	46.035	-	46.035	58,00%	26.700	9.300	-	-
CCR – USA, LLC.(c)	375	(915)	(1.084)	100,00%	(1.084)	(183)	(915)	-
Escafandro Participações S.A. (d)	30.001	-	30.001	100,00%	30.001	-	-	-
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.	1	-	1	99,00%	1	-	-	-
					1.349.722	1.181.895	173.017	150.919

(a) Em fase pré-operacional.

(b) Investimento negativo em decorrência da eliminação de lucros não realizados, provenientes dos serviços de engenharia prestados às concessionárias do Grupo CCR, que compõe o ativo permanente das mesmas.

(c) A equivalência patrimonial não contempla a variação cambial decorrente do investimento no exterior.

(d) O percentual de participação previsto em acordo de acionistas é de 99% que irá ocorrer com a emissão de um novo boletim de subscrição.

Outras informações relevantes

Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

i. Redução unilateral de tarifa de pedágio

Em 20 de julho de 1998, o Governo do Paraná reduziu unilateralmente a tarifa de pedágio de todas as concessionárias paranaenses. No caso da controlada, a redução foi de 50% (cinqüenta por cento). Proposta ação judicial contra a medida (13/08/98), a mesma foi encerrada por acordo, que foi homologado judicialmente em 24 de março de 2000.

O Ministério Público Federal recorreu da homologação (18/05/00) visando: (a) a anulação do acordo, pela ausência de participação do Ministério Público na definição do acordo; ou (b) a redução da tarifa em 50%. A apelação foi julgada procedente pelo TRF (15/10/02), mas o julgamento foi anulado pelo STJ (04/02/05), por impedimento de um dos julgadores. O processo foi julgado pelo Tribunal Regional Federal, em 16 de outubro de 2007, com resultado favorável à Concessionária por unanimidade. Aguarda-se o julgamento do recurso interposto pelo Ministério Público.

As tarifas de pedágio estão sendo cobradas com base no acordo homologado.

ii. Processo de encampação

Em 4 de julho de 2003, foi publicada a Lei 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a controlada, nos termos da legislação e contrato de concessão. Essa medida é admissível, mas pressupõe respeito ao devido processo legal e pagamento prévio de indenização dos investimentos, multas por rescisões contratuais e lucros cessantes.

A controlada propôs ação judicial (22/08/03) contra a União, o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses. A ação principal encontra-se arquivada provisoriamente até julgamento de todos os recursos interpostos.

iii. Decreto expropriatório

Em 8 de janeiro de 2004, o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº. 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da controlada. Em razão disso, os acionistas e a controlada ajuizaram ação (14/01/04) contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.

Em 10 de fevereiro de 2004, medida liminar suspendeu a eficácia do referido Decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (STJ em 5 de maio de 2004; Pleno do STJ em 6 de maio de 2004; e Corte Especial do STJ em 17 de novembro de 2004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o Decreto 2.462/04.

iv. Reajustes tarifários de 2003 a 2007

Desde o ano de 2003, a controlada vem encontrando dificuldades em conseguir junto ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro; tendo sido necessário o ajuizamento de ação para garantir este direito.

Todos os reajustes tarifários foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares, que aguardam julgamento.

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a controlada pelo período que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

v. Ação Civil Pública – pavimento

O Ministério Público de Ponta Grossa ajuizou Ação Civil Pública em 27 de janeiro de 2006, em face da controlada, por supostas irregularidades de pavimento no trecho entre os Km 288 e 476, da BR-376, que desatenderiam ao índice de IGG (Índice de Gravidade Global). A controlada contestou a ação, demonstrando o cumprimento do cronograma de restauração do pavimento. Concedida a liminar requerida pelo MP, a controlada iniciou a realização antecipada, no trecho questionado, de obras previstas no contrato de concessão, enquanto pendente o recurso contra essa decisão.

vi. Procedimentos administrativos

O DER/PR expediu Autos de Infração contra a controlada, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A controlada se defendeu alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos.

O DER/PR negou provimento e aplicou multas no valor aproximado de R$16.000. A controlada ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. Em dezembro de 2004, o DER/PR abriu outro processo administrativo para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão. A controlada ingressou com ação judicial alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 3 de fevereiro de 2005, foi deferida liminar para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas.

vii. Lei de Isenção

Em 15 de agosto de 2007, foi editada a Lei Estadual nº. 15.607, regulamentada pelo Decreto nº. 1.352, de 21 de agosto de 2007, assegurando a isenção do pagamento de tarifa de pedágio a todos os veículos pertencentes a moradores de municípios onde estejam localizadas praças de pedágio no Estado do Paraná.

As Concessionárias do Estado impetraram Mandado de Segurança conjunto, tendo sido concedida liminar em 31 de agosto de 2007, para sustar os efeitos dos referidos atos. O governo recorreu da decisão, recurso esse que aguarda julgamento.

viii. Lei de Isenção - motocicletas

Em 10 de dezembro de 2007, foi editada a Lei Estadual nº. 15.722, assegurando a isenção do pagamento de tarifa de pedágio nas rodovias do Estado do Paraná às motocicletas e veículos similares.

A controlada impetrou Mandado de Segurança, tendo sido concedida liminar em 27 de dezembro de 2007, para sustar os efeitos dos referidos atos. O governo recorreu da decisão, recurso esse que aguarda julgamento.

Os acionistas controladores e a administração da controlada reiteram o seu entendimento sobre os procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

As demonstrações financeiras da referida controlada e as da controladora não contemplam nenhum ajuste decorrente dos processos acima descritos, tendo em vista que até a presente data não houve nenhum desfecho desfavorável para nenhum deles. Os ativos e as receitas líquidas da controlada representam 8% e 11,8%, respectivamente, dos valores consolidados.

14 Imobilizado e intangível

a. Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	Controladora			
		31/03/08			31/12/07
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	906	491	415	423
Máquinas e equipamentos	14	1.467	859	608	612
Instalações e edificações	6	561	444	117	139
Imobilizações em andamento		25	-	25	27
		2.959	1.794	1.165	1.201

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Taxa média anual de depreciação %	Consolidado			
		31/03/08			31/12/07
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	12.769	6.163	6.606	6.776
Máquinas e equipamentos	13	71.094	37.069	34.025	35.434
Veículos	21	36.436	20.688	15.748	16.255
Desapropriações	5	199.380	56.817	142.563	144.984
Instalações e edificações	5	207.418	84.462	122.956	125.459
Dispositivos de proteção e segurança	5	187.955	86.659	101.296	103.214
Pavimentos	12	1.578.737	897.706	681.031	719.431
Projetos e investimentos ambientais	5	149.686	51.979	97.707	99.616
Obras de arte especiais	5	560.581	157.921	402.660	409.677
Obras de arte correntes	5	328.274	135.634	192.640	196.840
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	4	37.474	21.549	15.925	16.186
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	6	54.164	13.557	40.607	43.219
Sinalizações	21	152.350	120.400	31.950	34.045
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	5	406.605	132.354	274.251	279.082
Obras preliminares e complementares	6	182.112	70.885	111.227	113.719
Sistemas operacionais	8	280.454	151.230	129.224	133.849
Imobilizações em andamento		194.842	-	194.842	94.332
Adiantamento para imobilizado		12.870	-	12.870	12.870
		4.653.201	2.045.073	2.608.128	2.584.988

Em 31 de março de 2008, o saldo do custo dos bens totalmente depreciados/amortizados (consolidado) que se encontram em operação era de R$ 572.704 (R$ 475.289 em 31 de dezembro de 2007).

Movimentação do custo – consolidado

	31/12/07	31/03/08				
	Custo	Adições	Baixas	Eliminação lucro não realizado	Transferências e outros	Custo
Móveis e utensílios	12.657	121	(8)	-	(1)	12.769
Máquinas e equipamentos	71.471	453	(1.051)	-	221	71.094
Veículos	35.990	30	(435)	-	851	36.436
Desapropriações	199.392	-	(12)	-	-	199.380
Instalações e edificações	207.418	-	-	-	-	207.418
Dispositivos de proteção e segurança	187.955	-	-	-	-	187.955
Pavimentos	1.578.737	-	-	-	-	1.578.737
Projetos e investimentos ambientais	149.686	-	-	-	-	149.686
Obras de arte especiais	560.581	-	-	-	-	560.581
Obras de arte correntes	328.274	-	-	-	-	328.274
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	37.474	-	-	-	-	37.474
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	55.655	12	-	(1.503)	-	54.164
Sinalizações	152.006	344	-	-	-	152.350
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	406.605	-	-	-	-	406.605
Obras preliminares e complementares	182.250	-	(138)	-	-	182.112
Sistemas operacionais	280.127	1.774	(861)	-	(586)	280.454
Imobilizações em andamento	107.202	88.631	-	-	(991)	194.842
Adiantamento para imobilizado	-	12.870	-	-	-	12.870
	4.553.480	104.235	(2.505)	(1.503)	(506)	4.653.201

O valor de R$ 506 em “Transferências e outros” refere-se a reclassficação para o ativo diferido.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação da depreciação – consolidado

	31/12/07	31/03/08				
	Depreciação	**Adições**	**Baixas**	**Eliminação lucro não realizado**	**Transferências e outros**	**Depreciação**
Móveis e utensílios	5.881	286	(4)	-	-	6.163
Máquinas e equipamentos	36.037	1.980	(959)	-	11	37.069
Veículos	19.735	1.333	(380)	-	-	20.688
Desapropriações	54.408	2.410	(1)	-	-	56.817
Instalações e edificações	81.959	2.503	-	-	-	84.462
Dispositivos de proteção e segurança	84.741	1.918	-	-	-	86.659
Pavimentos	859.306	38.400	-	-	-	897.706
Projetos e investimentos ambientais	50.070	1.909	-	-	-	51.979
Obras de arte especiais	150.904	7.017	-	-	-	157.921
Obras de arte correntes	131.434	4.200	-	-	-	135.634
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	21.288	261	-	-	-	21.549
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	12.436	913	-	208	-	13.557
Sinalizações	117.961	2.439	-	-	-	120.400
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	127.523	4.831	-	-	-	132.354
Obras preliminares e complementares	68.531	2.360	(6)	-	-	70.885
Sistemas operacionais	146.278	5.472	(483)	-	(37)	151.230
	1.968.492	78.232	(1.833)	208	(26)	2.045.073

O valor de R$ 26 em “Transferências e outros” refere-se a reclassficação para o intangível.

b. Intangível

	Taxa anual de amortização %	Controladora				Consolidado			
		31/03/08			31/12/07	31/03/08			31/12/07
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de uso e outros	20	458	(279)	179	199	28.844	(12.614)	16.230	17.037

15 Diferido

	Taxa anual de amortização %	Controladora				Consolidado				
		31/03/08			31/12/07	31/03/08				31/12/07
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Eliminação lucros não realizados	Líquido	Líquido
Ágio - ViaOeste (a)	5,7	-	-	-	-	251.709	(46.974)	-	204.735	208.215
Ágio - STP (b)	20	-	-	-	-	2.970	(2.673)	-	297	445
Gastos de implantação do SAP	20	-	-	-	-	8.535	(1.210)	-	7.325	4.484
Despesas pré-operacionais (d)	20	-	-	-	-	104.875	(91.600)	(663)	12.612	13.316
Aquisição de quinhão consorcial (c)	22	16.569	(7.671)	8.898	9.818	16.569	(7.672)	-	8.897	9.818
		16.569	(7.671)	8.898	9.818	384.658	(150.129)	(663)	233.866	236.278

a. Ágio -ViaOeste

Refere-se ao ágio gerado na aquisição da controlada Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão.

b. Ágio - STP

Refere-se ao ágio gerado na incorporação da Siga Livre Participações S.A. pela CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., controlada da Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A., amortizado linearmente pelo prazo de 5 anos.

c. Aquisição de quinhão consorcial

Refere-se ao custo de aquisição de quinhão consorcial do Consórcio Operador Parques.

d. Eliminação do lucro não realizado

Refere-se a eliminação dos lucros não realizados sobre a prestação de serviços das controladas Actua Assessoria Ltda. e Actua Serviços Compartilhados Ltda. para a controlada Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro)

16 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os valores devidos estão assim compostos:

				Controladora		Consolidado	
Item	**Instituições financeiras**	**Encargos**	**Pagamentos até**	**31/03/08**	**31/12/07**	**31/03/08**	**31/12/07**
1	**Empréstimos e Financiamentos**						
	Em moeda nacional						
1.1	Unibanco - União de Bancos Bras. S.A. – BNDES	TJLP + 5% a.a.	Janeiro de 2012	-	-	31.606	33.647
1.1	Banco ABN Amro Real S.A. – BNDES	TJLP + 5% a.a.	Janeiro de 2012	-	-	10.535	11.216
1.1	Bco Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 5% a.a.	Janeiro de 2012	-	-	52.676	56.077
1.1	Banco Bradesco S.A. – BNDES	TJLP + 5% a.a.	Janeiro de 2012	-	-	21.071	22.431
1.2	Bco Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 4,5% a.a.	Fevereiro de 2009	-	-	11.752	14.948
1.3	Bco Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 5% a.a.	Novembro de 2010	-	-	70.180	76.712
1.7	Unibanco, Bradesco e Ford Credit	TJLP + 3% a.a.	Julho de 2012	-	-	5.912	5.998
1.8	Banco Bradesco S.A.	TJLP + 4,3% a.a.	Abril de 2011	-	-	1.276	1.358
	Subtotal moeda nacional			-	-	205.008	222.387
	Em moeda estrangeira						
1.5	Banco ABN Amro Real S.A.	US$ + 6,3713% a.a.	Julho de 2008	-	-	25.608	25.535
1.5	Banco ABN Amro Real S.A.	US$ + 6,3713% a.a.	Julho de 2008	-	-	20.123	20.064
1.3	Bco Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	Cesta de moedas + 5% a. a.	Janeiro de 2011	-	-	4.962	5.436
1.4	Banco do Brasil S.A.	Iene + 5,8225% a.a.	Agosto de2010	-	-	72.392	63.884
1.6	HSBC Bank Brasil S.A.	US$ + 5,05% a.a. e US$ + 5,9%a.a.	Maio de 2009	-	-	50.244	50.252
1.9	Banco Santander S.A.	9,67% a.a.	Dezembro de 2008	-	-	3.294	2.699
	Subtotal moeda estrangeira			-	-	176.623	167.870
	Total de empréstimos e financiamentos			-	-	381.631	390.257
	Total circulante – empréstimos e financiamentos			-	-	122.224	121.695
	Total não circulante – empréstimos e financiamentos			-	-	259.407	268.562

				Controladora		Consolidado	
Item	**Instituições financeiras**	**Encargos**	**Pagamentos até**	**31/03/08**	**31/12/07**	**31/03/08**	**31/12/07**
2	**Debêntures**						
2.1	Debêntures	IGP-M + 11% a.a.	Maio de 2010	-	-	80.615	76.667
2.2	Debêntures	IGP-M + 9,5% a.a.	Julho de 2010	-	-	126.541	120.942
2.3	Debêntures	105% do CDI	Março de 2011	113.441	155.366	113.441	155.366
2.4	Debêntures	IGP-M + 10,65% a.a. e 103,3% do CDI	Abril de 2014	-	-	542.466	551.148
2.5	Debêntures	IGP-M + 7,6% a.a. e 104,5% do CDI	Julho de 2015	-	-	728.376	703.048
	Total de debêntures			113.441	155.366	1.591.439	1.607.171
	Total circulante - debêntures			38.441	42.866	331.748	209.093
	Total não circulante - debêntures			75.000	112.500	1.259.691	1.398.078
	Total geral			113.441	155.366	1.973.070	1.997.428

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, bem como às debêntures emitidas, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Empréstimos e Financiamentos

Nos financiamentos junto ao BNDES e nos contratos de FINAME, quando a TJLP for superior a taxa de 6 % a.a., a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme o cronograma de amortizações originalmente previsto.

1.1 AutoBAn

Em 10 de julho de 2000, a controlada firmou contrato de abertura de crédito no valor total de R$ 120.000, parte deste direto com o BNDES e outra parte com repasse junto aos bancos Bradesco, Unibanco e Sudameris.

Sobre o principal da dívida incidem juros de 5,0% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

A amortização do principal será paga em 105 prestações mensais, entre 15 de maio de 2003 e 15 de janeiro de 2012.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Penhor em primeiro grau de 100% das receitas oriundas do contrato de concessão;
- Penhor de todas as contas bancárias, inclusive das receitas financeiras decorrentes delas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Caução da totalidade das ações emitidas pela controlada;
- Não constituir ônus ou vender nenhum bem relativo ao contrato de concessão, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;
- Manter em conta reserva o equivalente a 6 meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária ou seguro garantia para o mesmo valor. Em 31 de março de 2008, as garantias somam R$ 131.152, sendo, fiança no total de R$ 78.900 e aplicação financeira vinculada no total de R$ 52.252.
- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio em quaisquer outras datas que não entre 01 de abril e 01 de junho de cada ano e/ou 01 de outubro e 01 de dezembro de cada ano;
- A controlada está impedida de distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou as demonstrações financeiras revisadas do primeiro semestre apresentem, cumulativamente, no mínimo os seguintes índices:

- Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 2,5, onde:
  - Dívida líquida = dívida decorrente dos contratos de financiamento com o BNDES, debêntures e outras dívidas autorizadas pelos financiadores, menos o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
  - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras) calculado considerando os últimos 12 meses.
- Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + "fees" e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3;

A controlada também possuía contratos de financiamento junto ao BID, IFC e BNDES, que foram liquidados antecipadamente em 11 de maio de 2006. Entretanto, mantem-se a obrigação de pagar, até 31 de dezembro de 2010, juros adicionais de 10% da receita (2,42% ao IFC, 3,49% ao BID e 4,09% ao BNDES) sobre o excedente do volume de veículos que ultrapassar o estipulado no contrato de financiamento.

Em virtude de mudanças significativas da estrutura das operações em relação à época de assinatura do contrato, a controlada entrou em processo de negociação com os financiadores sobre a forma de cálculo dos juros adicionais.

A controlada provisionou, até 31 de março de 2008, o montante de R$ 8.963 para o cumprimento desta obrigação.

1.2 NovaDutra

Em 09 de agosto de 2004, a controlada firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total disponível de R$ 39.377.

Sobre o principal da dívida incidem juros de 4,5% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

A amortização do principal será paga em 42 prestações mensais, entre 15 de setembro de 2005 e 15 de fevereiro de 2009.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Penhor de 49% do total das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da controlada;
- Penhor de 100% das receitas auferidas pela controlada, decorrentes do contrato de concessão;
- Cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Não-constituição de qualquer ônus sobre os bens e direitos citados nos três tópicos acima;
- Não contrair empréstimos de capital de giro ou leasing que excedam o valor principal de R$ 30.000 ou financiamentos de longo prazo acima de R$ 70.000, sem anuência dos financiadores;

- Não constituir ônus ou vender nenhum bem relativo ao contrato de concessão, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;
- Manter em conta reserva o equivalente a 6 meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária ou seguro garantia para o mesmo valor. O montante das fianças bancárias, em 31 de março de 2008, é de R$ 41.000.
- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio em quaisquer outras datas que não entre 10 de janeiro e 15 de fevereiro de cada ano e/ou 10 de julho e 15 de agosto de cada ano;
- Não alterar a proporção entre ações ordinárias e preferenciais do capital social;
- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as suas demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou suas demonstrações financeiras revisadas do primeiro semestre apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:

  - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + "fees" e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3;

  - Coeficiente de endividamento de longo prazo (dívida de longo prazo / patrimônio líquido) menor ou igual a 1,5;

  - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 2,0, onde:
    – Dívida líquida = dívida decorrente dos contratos de financiamento com o BNDES, debêntures e outras dívidas autorizadas pelos financiadores menos o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
    – EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras) calculado considerando os últimos 12 meses.

1.3. RodoNorte

Em 01 de novembro de 2001, a controlada firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total disponível de R$ 169.301, dividido em subcrédito A e B, com valores respectivos de R$ 16.930 e R$ 152.371.

Sobre o principal da dívida no subcrédito A incide taxa de juros de 5% a.a., acima da taxa variável reajustada trimestramente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros, publicada pelo BNDES no Diário Oficial da União nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. A exigibilidade dos juros é mensal.

Sobre o principal da dívida no subcrédito B incide juros de 5% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

A amortização do principal do subcrédito A será em 84 prestações mensais, entre 15 de fevereiro de 2004 e 15 de janeiro de 2011. Para o subcrédito B, também será em 84 prestações mensais, entre 15 de dezembro de 2003 e 15 de novembro de 2010.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Caução das ações emitidas pela controlada representativa de 99,99% de seu capital social;
- Caução e cessão de 100% das receitas auferidas pela controlada em decorrência do contrato de concessão;
- Cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Cessão dos direitos e benefícios decorrentes de todas as apólices e contratos de seguro;
- Manter em conta reserva o equivalente a 12 meses do serviço da dívida projetada ou prestar outra forma de garantia no mesmo montante. O montante de fiança bancária, em 31 de março de 2008, é de R$ 84.700.

1.4 ViaLagos

Em 11 de novembro de 2005, a controlada firmou contrato de empréstimo junto ao Banco do Brasil S.A., com encargos financeiros de 106,4% do CDI e vencimentos trimestrais entre 11 de maio de 2006 e 11 de novembro de 2011, garantidos por fiança da Companhia.

Este contrato foi liquidado em 05 de setembro de 2007, pela contratação de novo empréstimo no valor de R$ 68.000, na mesma data, com a mesma instituição financeira, com vencimento em parcela única, em 20 de agosto de 2010.

O empréstimo de 05 de setembro de 2007 foi realizado em Ienes e possui encargos financeiros de 5,8225% a.a., tendo como referência para sua liquidação a cotação do Iene de 2 dias antes da data de seu vencimento (Iene D-2). Foi realizado hedge com taxa de 103,20% do CDI.

1.5 Ponte

Em 26 de julho de 2005, a controlada firmou contrato de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao ABN AMRO Real S.A., no montante de US$ 13.999 mil, com encargos financeiros de 3,75% a.a., com vencimento em parcela única em 16 de julho de 2007. Em 16 de julho de 2007, ocorreu o pagamento dos juros e do hedge vinculado a este contrato e aditou-se seu vencimento para 14 de julho de 2008 e os juros para 6,3713% a.a., com contração de novo hedge à taxa de 103,40% da variação do CDI.

Em 16 de julho de 2007, a controlada firmou também novo contrato de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao ABN AMRO Real S.A, no montante de US$ 11.001 mil, com encargos financeiros de 6,3713%. Este contrato vence em parcela única, em 14 de julho de 2008.

1.6 CCR-USA, LLC

Em 16 de novembro de 2007, a controlada firmou contrato de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao HSBC BANK BRASIL – Grand Cayman Branch, no montante de US$ 26.500 mil, com encargos financeiros de 5,05% a.a., com a finalidade de integralização de capital na concessionária Northwest Parkway, em Denver, Estados Unidos da América. O vencimento do principal e dos juros será em parcela única em 11 de maio de 2009.

Em 20 de dezembro de 2007, a controlada firmou contrato de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao HSBC BANK BRASIL – Grand Cayman Branch, no montante de US$ 1.700 mil, com encargos financeiros de 5,90% a.a., com a finalidade de complementar a integralização de capital na concessionária Northwest Parkway e reforço do capital de giro. O vencimento do principal e dos juros será em parcela única, em 11 de maio de 2009.

Por se tratar de operações realizadas nos Estados Unidos da América, não foram contratados hedges para estes empréstimos.

1.7 FINAME com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP

Em 28 de junho de 2007, a controlada RodoNorte firmou 5 contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Unibanco, no montante total de R$ 2.432, com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões, guinchos e ambulâncias. A amortização do principal se dará em 48 parcelas mensais, entre 15 de agosto de 2008 e 15 de julho de 2012. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de outubro de 2007 e 15 de julho de 2008, e mensalmente no período de amortização.

Em 03 de abril de 2007 a controlada ViaOeste firmou contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Unibanco, no valor total de R$ 765, com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões. A amortização do principal se dará em 48 parcelas mensais, entre 15 de maio de 2008 e 15 de abril de 2012. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de julho de 2007 e 15 de abril de 2008, e mensalmente no período de amortização.

Em 08 e 30 de novembro de 2006, bem como em 06 de julho e 31 de agosto de 2007, a controlada Nova Dutra firmou 5 contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco, Ford Credit e Unibanco, no valor total de R$ 2.920, com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP, destinados à compra de caminhões, ambulâncias e plataforma de auto-socorro. O pagamento dos juros e a amortização do principal ocorrerão, entre 15 de fevereiro de 2007 e 15 de maio de 2012.

1.8 FINAME com encargos financeiros de 4,3% a.a. mais TJLP

Em 12 de abril de 2006, a controlada ViaOeste firmou 2 contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco, no valor total de R$ 1.836, com encargos financeiros de 4,3% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões e guinchos. A amortização do principal se dará em 54 parcelas mensais, entre 15 de novembro de 2006 e 15 de abril de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de julho de 2006 e 15 de abril de 2011, e mensalmente no período de amortização.

1.9 CCR México

Em 18 de dezembro de 2007, a controlada firmou contrato de empréstimo em Pesos Mexicanos, junto ao Banco Santander, no montante de Mx$ 16.500 mil, com encargos financeiros de 9,67% a.a. O vencimento do principal e dos juros será em parcela única, em 19 de dezembro de 2008.

Por se tratar de operações realizadas no México, não foram contratados hedges para estes empréstimos.

2. Debêntures:

2.1 RodoNorte

Em 1° de maio de 2001, a controlada emitiu 340 debêntures nominativas escriturais, com garantias reais, de série única, com valor nominal de emissão de R$ 85.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 14 de novembro de 2001, no valor total de R$ 96.170, com deságio de 4,98%, que foi registrado como despesas pagas antecipadamente.

As debêntures sofrem atualização monetária do valor nominal de acordo com a variação do IGP-M e sua remuneração é baseada em taxa de juros de 11% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal atualizado, que será pago em 9 parcelas anuais, entre 1º de maio de 2002 e 1º de maio de 2010.

A amortização do principal ocorrerá em 7 parcelas anuais, entre 1º de maio de 2004 e 1º de maio de 2010. A primeira parcela foi no valor correspondente a 10% do valor nominal na data de emissão e as demais no valor correspondente a 15% do valor nominal na data de emissão.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à caução de 99,99% das ações representativas de seu capital social até a amortização final; caução das receitas decorrentes da exploração das rodovias, cessão de indenização dos seguros contratados, caução das contas bancárias vinculadas e aplicações financeiras e, cessão da indenização do Poder Concedente em caso de término do Contrato de Concessão.

Estas garantias são compartilhadas entre o BNDES e os Debenturistas de forma proporcional aos respectivos saldos devedores do contrato de financiamento citado no item 1.3.

2.2 NovaDutra

Em 1º de julho de 2004, a controlada emitiu 18.000 debêntures nominativas escriturais, com garantias reais e não conversíveis em ações, em duas séries de 9.000 debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R$ 180.000, as quais foram subscritas e integralizadas, em 16 de agosto de 2004, no valor total de R$ 185.425.

As debêntures sofrem atualização monetária do valor nominal de acordo com a variação do IGP-M e sua remuneração é baseada em juros de 9,5% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal atualizado.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série:
  - Amortização: parcelas anuais, entre 1º de julho de 2006 e 1º de julho de 2010;
  - Juros: parcelas anuais, entre 1º de julho de 2005 e 1º de julho de 2010.

- Segunda série:
  - Amortização: parcelas anuais, entre 1º de janeiro de 2007 e 1º de janeiro de 2010;
  - Juros: parcelas anuais, entre 1º de janeiro de 2006 e 1º de janeiro de 2010.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita a penhora de 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais, 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes e respectivas aplicações financeiras detidas pela emissora, incluindo todo e qualquer ganho ou receita financeira delas decorrentes; cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término do Contrato de Concessão.

Os bens e direitos permanecerão empenhados até o cumprimento das obrigações assumidas pela controlada na escritura de emissão e nos contratos de financiamento junto ao BNDES, conforme especificado no item 1.2 desta nota explicativa.

Estas garantias são compartilhadas entre o BNDES e os Debenturistas de forma proporcional aos respectivos saldos devedores do contrato de financiamento citado no item 1.2.

2.3 CCR

Em 1° de março de 2005, a companhia emitiu 15.000 debêntures nominativas escriturais quirografárias (sem garantia de preferência), não conversíveis em ações, com valor nominal total de emissão de R$ 150.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 4 de abril de 2005, no valor total de R$ 152.733.

A remuneração das debêntures é baseada em 105% da variação do CDI, paga semestralmente a partir da data de emissão.

O valor nominal das debêntures será pago em quatro parcelas anuais entre 1º de março de 2008 e 1º de março de 2011.

2.4 AutoBAn

Em 1° de abril de 2006, a controlada emitiu 51.000 debêntures nominativas escriturais, com garantias reais e não conversíveis em ações, em três séries, sendo as de primeira e segunda séries de 9.800 debêntures cada uma e a terceira série de 31.400 debêntures, com valor nominal total de emissão de R$ 510.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 1º de agosto de 2006, no valor total de R$ 533.883.

As debêntures da primeira e segunda séries terão seu valor nominal atualizado pelo IGP-M, com remuneração baseada em juros de 10,65% a.a. Para a terceira série, a remuneração é baseada em 103,3% do CDI.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série:
  - Amortização: 6 parcelas anuais, entre 1º de abril de 2009 e 1º de abril de 2014;
  - Juros: anualmente, entre 1º de abril de 2007 e 1º de abril de 2014. Os juros com vencimento em 1º de abril de 2008 foram liquidados em 31 de março de 2008.

- Segunda série:
  - Amortização: 5 parcelas anuais, entre 1º de outubro de 2009 e 1º de outubro de 2013;
  - Juros: anualmente, entre 1º de outubro de 2007 e 1º de outubro de 2013.

- Terceira série:
  - Amortização: 7 parcelas semestrais, entre 1º de abril de 2009 e 1º de abril de 2012.
  - Juros: semestralmente, entre 1º de abril de 2007 e 1º de abril de 2012. Os juros com vencimento em 1º de abril de 2008 foram liquidados em 31 de março de 2008.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita a penhora de 99,9% das ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela.

As garantias são compartilhadas sempre na proporção de 45% para o BNDES e 55% para os debenturistas. Na hipótese da controlada contrair dívidas adicionais junto ao BNDES, essa proporção permanecerá inalterada e se a controlada contrair dívidas com quaisquer outros credores que não o BNDES, estes deverão compartilhar dos 55% destinados ao Agente Fiduciário.

2.5 ViaOeste

Em 1° de julho de 2007, a controlada emitiu 65.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, com garantias reais, em 3 séries, sendo a primeira de 28.000 debêntures e as segunda e terceira séries de 18.500

debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R$ 650.000, as quais foram parcialmente subscritas e integralizadas em 31 de julho de 2007, e as restantes em 1° de agosto de 2007.

A remuneração das debêntures da primeira série será baseada em 104,5% do CDI a.a., enquanto que as das segunda e terceira séries serão de 7,6% a.a. mais a atualização do principal baseada no IGP-M.

Os prazos, amortizações e pagamento de juros ocorrerão da seguinte maneira:

- Primeira série: prazo de 8 anos, com amortizações e pagamento de juros semestralmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;

- Segunda série: prazo de 8 anos, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;

- Terceira série: prazo de 7,5 anos, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de janeiro de 2009 e 1º de janeiro de 2015.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita a penhora de 100% das ações da controlada e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela, e eventual indenização do poder concedente no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Contrair ou manter dívida sem o consentimento do Agente Fiduciário, a exemplo de debêntures, dívidas subordinadas e empréstimos de capital de giro que excedam o valor do principal total de R$ 50.000;
- Criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas;
- Distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou revisadas do primeiro semestre apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:

    - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida / valores de principal e juros pagos no referido período) maior ou igual a 1,2;
    - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0, onde:
        - Dívida líquida = dívida relacionada à emissão das debêntures e outras dívidas financeiras permitidas – o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
        - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras + amortização dos pagamentos antecipados relacionados à concessão) calculado considerando os últimos 12 meses.

Em 31 de março de 2008, os pagamentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures do não circulante (consolidado) estavam assim distribuídos:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
2009	94.516	222.245	316.761
2010	130.084	305.596	435.680
2011	31.730	221.753	253.483
2012	3.077	176.878	179.955
Após 2012	-	333.219	333.219
Total	259.407	1.259.691	1.519.098

17 Plano de incentivo de longo prazo

A Companhia possui um plano de incentivo de longo prazo tendo por objetivo estimular a retenção de talentos, associado à geração de resultados e criação sustentável de valor por meio do alinhamento de interesses entre acionistas e executivos da Companhia.

Este plano está baseado na venda, a determinados colaboradores escolhidos de forma discricionária pela Administração da Companhia, de títulos virtuais denominados Unidades de Investimento – UI´s.

A valorização das UI´s é calculada com base na cotação média das ações da Companhia no exercício, nos dividendos pagos aos acionistas e em indicador relacionado a criação de valor.

O direito de resgate das UI´s, desde que tenha ocorrido valorização das mesmas, ocorre após um período de carência de 3 anos (vesting), podendo ser exercido nos 3 anos subseqüentes.

A prática contábil adotada atualmente pela Companhia prevê que no final de cada exercício esteja provisionado o valor correspondente ao montante máximo de UI´s resgatáveis no ano seguinte.

Em dezembro de 2007 a Companhia provisionou o montante máximo resgatável no exercício de 2008, no valor de R$ 6.293.

Ao longo do exercício de 2008, serão constituídas provisões mensais relativas ao saldo que se tornará resgatável a partir de 2009. Para este efeito, constituiu-se neste primeiro trimestre provisão adicional de R$ 1.100, totalizando o saldo provisionado em R$ 7.393.

O saldo desta provisão é atualizado em decorrência da mudança no valor das UI´s, do término do período de carência, da outorga de novos planos, de resgates de UI´s ou desligamento de colaboradores contemplados.

O valor total das UI´s outorgadas, em valores de 31 de março de 2008, assim como a perspectiva de resgates, estão demonstrados no quadro abaixo:

	31/03/08
Saldo sob carência (vesting)	17.397
Saldo resgatável (12 meses)	6.293
Saldo total	23.690

Composição anual do saldo sob carência (vesting):

2009	5.104
2010	5.911
2011	3.740
2012	2.642
Total	17.397

18 Impostos, contribuições e parcelamentos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/08	31/12/07	31/03/08	31/12/07
Circulante				
COFINS	-	100	25.949	28.333
PIS	1	-	8.046	7.871
ISS	161	83	12.932	14.058
Outros	437	7	4.607	879
	599	190	51.534	51.141
Não circulante				
COFINS	-	-	28.731	30.676
PIS	-	-	11.539	12.614
CSLL	-	-	483	541
IRPJ	-	-	458	513
	-	-	41.211	44.344

Em fevereiro de 2006, a AutoBAn e NovaDutra obtiveram o deferimento do parcelamento solicitado em 29 de dezembro de 2005, sobre a majoração da alíquota do PIS e COFINS. O parcelamento foi deferido em 60 parcelas, com pagamento da primeira parcela, em 31 de março de 2006, sendo as mesmas atualizadas mensalmente pela variação da Selic.

19 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/08	31/12/07	31/03/08	31/12/07
Circulante				
Receitas acessórias a apropriar	-	-	7.030	9.179
Seguros a pagar	182	-	5.229	1.721
Comissões a pagar	-	-	8.963	7.509
Indenizações a pagar	-	-	3.608	3.608
Verbas contratuais	-	-	5.768	4.808
Contas a pagar para aquisição de investimentos (1)	-	3.920	-	3.920
Outros	61	1.639	3.349	4.998
	243	5.559	33.947	35.743
Não circulante				
Receitas acessórias a apropriar	-	-	2.825	3.258
Contas a pagar para aquisição de investimentos (1)	27.132	21.794	27.132	21.794
Outros	1.098	1.099	1.098	1.099
	28.230	22.893	31.055	26.151

(1) Refere-se a contas a pagar a terceiros na aquisição da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A.

20 Compromissos vinculados à concessão

a. Compromisso com o Poder Concedente

Decorrente do direito de outorga fixo

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:

	Valor nominal		Valor presente	
	31/03/08	31/12/07	31/03/08	31/12/07
AutoBAn	2.038.220	2.038.394	1.605.754	1.596.564
ViaOeste	420.478	411.153	330.478	323.240
	2.458.698	2.449.547	1.936.232	1.919.804

O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até 2018, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos, atualizados até 31 de março de 2008, estão assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2008	187.536	183.467
2009	244.080	228.722
2010	244.080	217.830
2011	244.080	207.457
Após 2011 até 2018	1.538.922	1.098.756
Total	2.458.698	1.936.232

No decorrer do trimestre foi pago ao Poder Concedente o montante de R$ 55.978 referente ao direito de outorga fixo (R$ 225.108 em 31 de dezembro de 2007).

Decorrente do direito de outorga variável - AutoBAn e ViaOeste S.A.

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subseqüente. Esse compromisso, em 31 de março de 2008, montava em R$ 3.679 (R$ 3.675 em 31 de dezembro de 2007).

No decorrer do trimestre foi pago ao Poder Concedente o montante de R$ 10.644 referente ao direito de outorga variável (R$ 40.876 em 31 de dezembro de 2007).

b. Compromissos relativos às concessões – Consolidado (não auditado)

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, as controladas assumiram o compromisso de melhorar, conservar e expandir as rodovias, bem como adquirir o material rodante, implantar sistemas, operar e realizar manutenção da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo. Em 31 de março de 2008, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R$ 4.933.399 (R$ 5.143.002 em 31 de dezembro de 2007), a serem realizados até o final do prazo da concessão, conforme demonstrado a seguir:

	31/03/08	31/12/07
RodoNorte	1.393.804	1.402.693
AutoBAn	1.257.621	1.204.688
ViaOeste	569.916	664.145
NovaDutra	543.553	560.503
ViaLagos	10.490	10.425
Ponte	51.027	50.692
ViaQuatro	1.329.295	1.249.856
	4.933.399	5.143.002

c. Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pelas concessionárias é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão; entretanto, é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo a

delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada). Essa segregação foi efetuada com base em laudo de avaliação emitido por empresa independente e especializada. A posição consolidada está demonstrada conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação/ amortização %	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido 31/03/08	Líquido 31/12/07
Imobilizado transferido:					
Serviços iniciais	4	22.069	10.522	11.547	11.736
Terraplanagem	5,56	130.233	71.804	58.429	60.214
Pavimentação	14,29	197.770	197.770	-	-
Obras de arte correntes	8,33	39.924	32.980	6.944	7.765
Obras de arte especiais	8,33	255.934	211.418	44.516	49.779
Sinalização e segurança	25	15.328	15.328	-	-
Obras complementares	6,25	7.228	4.480	2.748	2.859
Recomposição ambiental e outros	10	8.673	8.601	72	286
Equipamentos de arrecadação e pesagem	25	9.500	9.500	-	-
Delegação dos serviços públicos	3,48	1.480.451	696.898	783.553	794.735
		2.167.110	1.259.301	907.809	927.374

d. Obras a executar - ViaOeste

	31/03/08	31/12/07
Não circulante	13.064	7.005

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o poder concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias para a controlada ViaOeste.

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 11, de 08 de dezembro de 2006, quando o total das retenções atingir o montante de R$ 98.303 (atualizado até 31 de março de 2008), a controlada voltará a depositar novamente o saldo remanescente do ônus fixo, após efetuar as compensações previstas nos itens 3.1 e 3.2 do Termo Aditivo e Modificativo nº. 7/2004.

21 Provisão para contingências - consolidado

As perdas prováveis trabalhistas e cíveis, registradas como passivo com base em opinião dos consultores legais da Companhia e suas controladas, estão resumidas a seguir:

	31/03/08	31/12/07
Circulante		
Trabalhistas e previdenciárias	2.284	2.284
Não circulante		
Trabalhistas e previdenciárias	277	208
Cíveis – Usuários da rodovia	3.615	4.227
	3.892	4.435

Com base na opinião de seus consultores legais, a Administração acredita que a provisão para contingências é suficiente para cobrir as perdas que eventualmente ocorram, e que a decisão final não afetará significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira consolidada e o resultado das operações da Companhia e suas controladas. A parcela de provisão para contingências, registrada no passivo não circulante está baseada na análise da Administração da Companhia e suas controladas e seus consultores legais, cujo entendimento é de que ela não será exigida no próximo exercício.

A Companhia e suas controladas possuem outras contingências passivas relativas a questões tributárias e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R$ 145.457, em 31 de março de 2008 (R$ 144.886 em 31 de dezembro de 2007), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Existem também outras contingências passivas relativas a questões cíveis e trabalhistas, cuja mensuração do valor e a probabilidade de desfecho não puderam ser determinadas com suficiente segurança em decorrência do estágio em que se encontram e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras.

22 Patrimônio líquido

a Capital

O capital autorizado é de 480.000.000 ações ordinárias e o subscrito e integralizado é de 403.101.800 ações ordinárias.

O capital poderá ser aumentado até o limite autorizado por meio de aprovação do Conselho de Administração.

b Reserva de capital

A reserva de capital corresponde ao ágio na subscrição de ações no montante de R$ 220.527.

c Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.404/76).

Em 27 de março de 2008, a Assembléia Geral Ordinária aprovou a distribuição de dividendos no montante de R$ 201.551, correspondente a R$ 0,50 por ação, relativos ao saldo de lucros acumulados no exercício 2007. Os dividendos provisionados no passivo circulante foram pagos em 11 de abril de 2008.

d Reserva legal

Foi desnecessária a sua constituição, de acordo com o previsto no § 1º do artigo 193 da Lei nº. 6.404/76.

e Lucros acumulados

A destinação dos lucros acumulados é definida na Assembléia Geral Ordinária.

23 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como conseqüência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Exposição a riscos cambiais

As controladas financiam parte de suas operações com empréstimos em moeda estrangeira vinculados ao dólar (EUA) e ao Iene (Japão), equivalentes em 31 de março de 2008, a R$ 176.624 (R$ 167.869 em 31 de dezembro de 2007) (nota explicativa nº. 16). Desse montante, as controladas contrataram operações de "hedge" no montante de R$ 118.123 (R$ 109.482 em 31 de dezembro de 2007). Parte significativa do montante não protegido por operações de "hedge" se justifica pela aplicação dos recursos captados em investimentos no exterior.

b. Exposição a riscos de taxas de juros e índices

As controladas estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da LIBOR relativa a empréstimos denominados em dólares norte-americanos, (2) da TJLP e CDI relativos a empréstimos em reais e (3) IGP-M relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à

variação do CDI.

c. Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem primariamente em contas a receber de meios de pagamentos eletrônicos.

d. Valor de mercado de instrumentos financeiros - Consolidado

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial estão identificados a seguir:

	31/03/08		31/12/07	
	Valor contábil	**Valor de mercado**	**Valor contábil**	**Valor de mercado**
Disponibilidades	835.167	835.167	780.377	780.377
Aplicações financeiras vinculadas conta reserva	52.481	52.481	-	-
Debêntures	1.591.439	N/D	1.607.171	N/D
Empréstimos	173.994	N/D	111.916	N/D
Financiamentos	207.637	N/D	278.341	N/D
Contas a pagar - operações de “hedge”	4.974	1.489	9.956	8.108

N/D: Não disponível

Os valores de mercado informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- **Disponibilidades e aplicações financeiras vinculadas conta reserva** – Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- **Debêntures –** Não há um volume significativo de transações num mercado secundário, de forma a caracterizar uma avaliação de mercado.
- **Empréstimos –** não foi determinado o valor de mercado pelas seguintes razões:
  - Não são objeto de transação em nenhum mercado;
  - Eventuais antecipações de pagamentos (pré-pagamentos) só podem ser feitos mediante aprovação do credor e pelo saldo devedor atualizado, acrescido de taxa especificada no contrato.
- **Financiamentos –** Conforme descrito na nota explicativa nº. 16, esses financiamentos são relativos a operações de “Project Finance” (financiamentos do BNDES, IFC e BID) para os quais não foi determinado o valor de mercado pelas seguintes razões:
  - Não há disponibilidade de operações similares no mercado;
  - Não são objeto de transação em nenhum mercado;

– Eventuais antecipações de pagamentos (pré-pagamentos) só podem ser feitos mediante aprovação do credor e pelo saldo devedor atualizado, acrescido de taxa especificada no contrato.

- **Contas a pagar de operações de "hedge" –** O método de mensuração do valor de mercado foi apurado considerando-se a expectativa de liquidação e as taxas de mercado vigentes na data do balanço.

24 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam políticas de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão especial das informações trimestrais, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas de seguros referem-se a modalidade de todos os riscos (All Risk), conforme segue:

- Ações de indenização (Responsabilidade Civil);
- Sinistros durante e na execução de serviços de construção (Riscos de Engenharia);
- Sinistros envolvendo bens patrimoniais e roubo nas praças de pedágio (Riscos Patrimoniais);
- Acidentes associados às coberturas de engenharia e patrimoniais (Perda de Receita).

Em 31 de março de 2008, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da companhia e suas controladas e equiparadas a controlada são resumidas conforme abaixo:

Responsabilidade Civil - de R$ 15.000 a R$ 63.000
Riscos de Engenharia - de R$ 5.000 a R$ 66.000
Riscos Patrimoniais - de R$ 14.000 a R$ 445.000
Perda de Receita - de um a doze meses de cobertura

25 Remuneração da administração

A remuneração total paga, no trimestre, inclusive benefícios, dos administradores foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado
31/03/07	1.448	2.979
31/03/08	1.506	2.566

26 Eventos subseqüentes

a. Aumento de capital

Em cumprimento ao contrato de concessão das empresas do grupo CCR, em abril de 2008 efetuamos aumento de capital nas concessionárias AutoBAn, NovaDutra e Ponte no montante de R$ 5.000, de R$ 15.452 e R$ 2.429, respectivamente.

Na AutoBAn o aumento foi efetuado com lucros acumulados; na NovaDutra, R$ 8.265 com reserva legal e R$ 7.187 com lucros acumulados; e na Ponte, R$ 1.889 com reserva legal e R$ 540 com lucros acumulados.

b. Concessão onerosa do Rodoanel Mário Covas – trecho Oeste

Em 7 de maio de 2008 o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP homologou a Decisão nº 001/2008, de 4 de abril de 2008, da Comissão de Processamento e Julgamento das Propostas, que declarou vencedora a Proposta Comercial do Consórcio Integração Oeste para a Concorrência Pública Internacional nº 001/2008, relativa a exploração, mediante concessão onerosa, do Rodoanel Mário Covas – trecho Oeste. O Consórcio Integração Oeste conta com a participação de 95% da Companhia e de 5% da Encalso Construções Ltda.

27 Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/08	31/03/07	31/03/08	31/03/07 (reclassificado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do trimestre	167.207	146.810	167.207	146.810
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	3.552	(4.463)
Apropriação de despesas antecipadas	-	-	2.007	2.007
Provisão para perdas com investimentos	-	-	601	-
Depreciação e amortização	1.037	1.031	80.801	73.925
Baixa de ativo imobilizado	3	-	680	4.122
Baixa do diferido	-	-	35	-
Amortização do ágio	1.007	1.008	4.507	4.477
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	7.396	(1.629)
Variação monetária das obrigações com o poder concedente	-	-	-	(143)
Juros e variação monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes	3.928	4.873	66.560	54.735
Resultado da operação de "hedge"	-	-	(4.982)	2.309
Provisão de juros sobre contingências fiscais	-	-	224	2.049
Provisão para devedores duvidosos	-	-	4.988	(2.906)
Juros sobre impostos parcelados	-	-	597	1.180
Participação dos minoritários	-	-	2.512	3.228
Equivalência patrimonial	(172.775)	(150.868)	-	-

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) diminuição dos ativos				
Contas a receber	775	(8)	(7.303)	21.913
Contas a receber - Partes relacionadas	(8.174)	18.562	7.928	8.997
Impostos a recuperar	(3.590)	(3.473)	(46.608)	(20.579)
Despesas antecipadas e outras	(1.131)	(375)	(6.458)	(3.559)
Despesas antecipadas outorga fixa	-	-	(23.033)	(21.990)
Aumento (diminuição) dos passivos				
Fornecedores	1.096	(493)	(12.924)	(10.890)
Fornecedores - Partes relacionadas	2.139	23	6.394	(4.489)
Obrigações sociais e trabalhistas	3.154	191	9.574	2.286
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social	409	21	67.047	58.390
Provisão de contingências	-	-	(767)	1.184
Outras contas a pagar	21	1.358	9.171	1.273
Disponibilidades líquidas (aplicadas) geradas nas atividades operacionais	(4.893)	18.660	339.706	318.237
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de investimentos	(47.401)	-	-	-
Adiantamento para aquisição de investimentos	-	-	(30.000)	-
Aquisição de ativo imobilizado	(64)	(12)	(90.235)	(105.212)
Adiantamento para aquisição de imobilizado	-	-	(12.870)	-
Constituição de ativo diferido	-	-	(1.015)	(805)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(47.465)	(12)	(134.120)	(106.017)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Resgates / aplicações (conta reserva)	-	-	(52.481)	(56.299)
Empréstimos, financiamentos e debêntures:				
Captações	-	-	-	1.162
Pagamentos	(45.854)	(9.860)	(98.315)	(106.866)
Dividendos recebidos	52.350	16.626		
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamento	6.496	6.766	(150.796)	(162.003)
Demonstração da (redução) aumento nas disponibilidades	(45.862)	25.414	54.790	50.217
No início do trimestre	551.959	413.003	780.377	602.851
No fim do trimestre	506.096	438.417	835.167	653.068
Divulgação suplementar às informações do fluxo de caixa				
Caixa pago durante o trimestre				
Juros	8.354	9.858	42.949	77.734
Imposto de renda e contribuição social	-	-	47.956	27.020

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

A Companhia de Concessões Rodoviária (CCR) é uma holding criada para administrar investimentos em infra-estrutura no país e no exterior. No momento a Companhia mantém investimentos em concessões rodoviárias e metroviárias no país e no exterior, assim como em empresas prestadoras de serviços relacionadas às operações. Ver o comentário de desempenho consolidado.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2008	4 - 31/12/2007
1	Ativo Total	4.449.079	4.228.700
1.01	Ativo Circulante	1.157.888	1.014.962
1.01.01	Disponibilidades	835.167	780.377
1.01.01.01	Caixa e Bancos	16.277	74.677
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	818.890	705.700
1.01.02	Créditos	192.442	146.402
1.01.02.01	Clientes	140.134	146.402
1.01.02.01.01	Contas a Receber	97.144	89.514
1.01.02.01.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	53.882	62.792
1.01.02.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	(10.892)	(5.904)
1.01.02.02	Créditos Diversos	52.308	0
1.01.02.02.01	Conta Reserva	52.308	0
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	130.279	88.183
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	66.071	33.742
1.01.04.02	IRPJ e CSLL Diferidos	20.885	19.129
1.01.04.03	Depósitos Judiciais	7.196	7.196
1.01.04.04	Pagamentos Antecipados Relac.à Concessão	9.201	9.201
1.01.04.05	Despesas Antecipadas	17.429	13.356
1.01.04.06	Outros Créditos	9.497	5.559
1.02	Ativo Não Circulante	3.291.191	3.213.738
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	341.312	312.172
1.02.01.01	Créditos Diversos	173	327
1.02.01.01.01	Contas a Receber	0	327
1.02.01.01.02	Conta Reserva	173	0
1.02.01.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	982	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	340.157	311.845
1.02.01.03.01	Impostos a Recuperar	45.545	31.266
1.02.01.03.02	IRPJ e CSLL Diferidos	19.598	25.038
1.02.01.03.03	Depósitos Judiciais	6.937	6.767
1.02.01.03.04	Pagamentos Antecipados Relac.à Concessão	143.265	145.565
1.02.01.03.05	Despesa Antecipada de Outorga Fixa	113.173	90.140
1.02.01.03.06	Despesa Antecipadas	11.615	12.898
1.02.01.03.07	Outros Créditos	24	171
1.02.02	Ativo Permanente	2.949.879	2.901.566
1.02.02.01	Investimentos	91.655	63.263
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	47.389	47.990

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2008	4 -31/12/2007
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	14.266	15.273
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	30.000	0
1.02.02.01.06	Provisão para Perda com Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	2.608.128	2.584.988
1.02.02.03	Intangível	16.230	17.037
1.02.02.04	Diferido	233.866	236.278

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2008	4 - 31/12/2007
2	Passivo Total	4.449.079	4.228.700
2.01	Passivo Circulante	995.928	620.940
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	127.005	125.207
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	122.224	121.695
2.01.01.02	Contas a Pagar - Operação de "Hedge"	4.781	3.512
2.01.02	Debêntures	331.748	209.093
2.01.03	Fornecedores	100.836	113.760
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	51.534	51.141
2.01.04.01	Impostos e Contribuições a Recolher	35.898	35.824
2.01.04.02	Impostos e Contribuições Parcelados	15.636	15.317
2.01.05	Dividendos a Pagar	201.579	30
2.01.06	Provisões	62.465	15.941
2.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	58.799	12.143
2.01.06.02	IRPJ e CSLL Diferidos	1.382	1.514
2.01.06.03	Contingências	2.284	2.284
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	26.744	19.533
2.01.08	Outros	94.017	86.235
2.01.08.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	56.391	46.817
2.01.08.02	Obrigações com o Poder Concedente	3.679	3.675
2.01.08.03	Outras Contas a Pagar	33.947	35.743
2.02	Passivo Não Circulante	1.847.774	1.970.551
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.847.774	1.970.551
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	259.600	275.006
2.02.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	259.407	268.562
2.02.01.01.02	Contas a Pagar - Operação de "Hedge"	193	6.444
2.02.01.02	Debêntures	1.259.691	1.398.078
2.02.01.03	Provisões	282.448	262.395
2.02.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	237.345	213.616
2.02.01.03.02	IRPJ e CSLL Diferidos	0	0
2.02.01.03.03	Impostos e Contribuições a Recolher	14.417	14.280
2.02.01.03.04	Impostos e Contribuições Parcelados	26.794	30.064
2.02.01.03.05	Contigências	3.892	4.435
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	1.916	1.916
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	44.119	33.156
2.02.01.06.01	Obrigações com o Poder Concedente	13.064	7.005
2.02.01.06.02	Outras Contas a Pagar	31.055	26.151
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.03	Part. de Acionistas Não Controladores	21.871	19.359
2.04	Patrimônio Líquido	1.583.506	1.617.850
2.04.01	Capital Social Realizado	571.234	571.234

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2008	4 -31/12/2007
2.04.02	Reservas de Capital	220.527	220.527
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	0	0
2.04.04.01	Legal	0	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	791.745	826.089
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/03/2008	4 - 01/01/2008 a 31/03/2008	5 - 01/01/2007 a 31/03/2007	6 - 01/01/2007 a 31/03/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	668.091	668.091	590.843	590.843
3.02	Deduções da Receita Bruta	(47.696)	(47.696)	(44.949)	(44.949)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	620.395	620.395	545.894	545.894
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(247.938)	(247.938)	(238.833)	(238.833)
3.04.01	Depreciação e Amortização	(77.312)	(77.312)	(72.987)	(72.987)
3.04.02	Serviços	(69.658)	(69.658)	(74.355)	(74.355)
3.04.03	Custo com Outorga	(45.889)	(45.889)	(43.304)	(43.304)
3.04.04	Custo com Pessoal	(30.416)	(30.416)	(22.869)	(22.869)
3.04.05	Materiais, Equipamentos e Veículos	(5.830)	(5.830)	(6.397)	(6.397)
3.04.06	Outros	(18.833)	(18.833)	(18.921)	(18.921)
3.05	Resultado Bruto	372.457	372.457	307.061	307.061
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(112.149)	(112.149)	(89.743)	(89.743)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(53.441)	(53.441)	(42.045)	(42.045)
3.06.03	Financeiras	(53.448)	(53.448)	(43.221)	(43.221)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	42.779	42.779	23.606	23.606
3.06.03.01.01	Variações Monetárias e Cambiais	6.088	6.088	4	4
3.06.03.01.02	Ganho com Operações de "Hedge"	13.728	13.728	0	0
3.06.03.01.03	Juros e Outras Receitas Financeiras	22.963	22.963	23.602	23.602
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(96.227)	(96.227)	(66.827)	(66.827)
3.06.03.02.01	Juros s/ Emprést.,Financ. e Debêntures	(48.226)	(48.226)	(49.916)	(49.916)
3.06.03.02.02	Variação Monetária s/Obrig.P.Concedente	0	0	143	143
3.06.03.02.03	Variações Monetárias e Cambiais	(32.182)	(32.182)	(3.368)	(3.368)
3.06.03.02.04	Perda com Operações de "Hedge"	(8.745)	(8.745)	(2.309)	(2.309)
3.06.03.02.05	Taxa, Comissões e Outras Desp. Financ.	(7.074)	(7.074)	(11.377)	(11.377)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(5.260)	(5.260)	(4.477)	(4.477)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/03/2008	4 - 01/01/2008 a 31/03/2008	5 - 01/01/2007 a 31/03/2007	6 - 01/01/2007 a 31/03/2007
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	260.308	260.308	217.318	217.318
3.08	Resultado Não Operacional	239	239	(1.256)	(1.256)
3.08.01	Receitas	613	613	0	0
3.08.02	Despesas	(374)	(374)	(1.256)	(1.256)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	260.547	260.547	216.062	216.062
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(87.203)	(87.203)	(70.487)	(70.487)
3.11	IR Diferido	(3.603)	(3.603)	4.463	4.463
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(2.534)	(2.534)	(3.228)	(3.228)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	167.207	167.207	146.810	146.810
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	403.101.800	403.101.800	403.101.800	403.101.800
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,41480	0,41480	0,36420	0,36420
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

As informações econômico-financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas em base consolidada. As comparações, exceto quando indicado de maneira diferente, referem-se ao primeiro trimestre de 2008 (1T08) com o primeiro trimestre de 2007 (1T07).

RESUMO ECONÔMICO-FINANCEIRO E OPERACIONAL

Tráfego	1T08	1T07
Veículos equivalentes[1] (unidades em milhares)	140.320	130.583
DRE		
Receita Bruta	668.091	590.843
(-) Tributos	47.696	44.949
Receita Líquida	620.395	545.894
(-) Custos totais desembolsáveis	219.230	205.040
(=) EBITDA	401.165	340.854
Margem EBITDA	64,7%	62,4%
(-) Depreciação/amortização	85.403	78.309
(-) Apropriação de Despesas Antecipadas	2.006	2.006
(=) EBIT	313.756	260.539
Margem EBIT	50,6%	47,7%
(-) Resultado Financeiro Líquido	53.448	43.221
(-) Resultado Não Operacional	(239)	1.256
(-) Part. de Acionistas Não Controladores	2.534	3.228
(=) Resultado Antes dos Impostos	258.013	212.834
(-) IRPJ & CSLL Correntes e Diferidos	90.806	66.024
(=) Lucro Líquido	167.207	146.810
Alíquota média de IRPJ & CSLL	35,2%	31,0%
Margem Líquida	27,0%	26,9%
Dívida Líquida e Investimentos		
Dívida Líquida[2]	1.089.417	982.880
Investimentos (imobilizado)[3]	103.105	105.212

As margens foram calculadas sobre a receita líquida.

[1] Veículo equivalente é o número de eixos tarifados para cada veículo. Trata-se portanto de medida física relativa a volume de tráfego, independente das tarifas cobradas. Um veículo de passeio equivale a 1 (um) veículo equivalente. Para veículos comerciais, cada eixo representa um veículo equivalente.

[2] Dívida líquida é calculada pela diferença entre empréstimos, financiamentos, debêntures, resultado de operações de *hedge* e dívida com pessoas ligadas (passivos); contra disponibilidades, conta reserva, resultado líquido de *swap* e créditos com pessoas ligadas (ativos).

[3] Capex (Capital Expenditure) em regime de caixa.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

1. Desempenho Operacional Consolidado

No primeiro trimestre de 2008 o lucro líquido da companhia atingiu um montante de R$ 167.207, 13,9% superior ao igual período do ano anterior, em decorrência de fatores de ordem operacional e financeira, conforme informações abaixo.

As margens de EBIT, EBITDA também evoluíram em relação a igual período do ano anterior.

No trimestre a receita de pedágio teve crescimento de 12,6%, decorrente do aumento de 7,5% no tráfego (veículos equivalentes bidirecionais) e do aumento de 4,7% na tarifa ponderada.

Analisando a composição do crescimento do tráfego e da receita bruta, observa-se no quadro abaixo que todas as concessionárias apresentaram resultados positivos, impulsionadas pelo crescimento econômico, que gerou crescimento de postos de trabalho e aumento de renda da população, assim como pelo crescimento na venda de veículos novos (29,3% maior que o primeiro trimestre de 2007) e pela relativa estabilidade dos preços dos combustíveis no Brasil.

Análise das Variações

	Participação % na Receita Bruta 1T08	Δ% Receita Bruta 1T08/1T07
AutoBAn	36,7	13,6
NovaDutra	26,5	12,6
ViaOeste	16,4	13,4
RodoNorte	12,0	11,8
Ponte	3,7	7,5
ViaLagos	2,5	9,8
Total	97,8	13,1

Veículos Equivalentes Bidirecionais (em milhares)

	1T08	1T07	Δ% Tráfego 1T08/1T07
AutoBAn	49.261	45.431	8,4
NovaDutra	31.789	29.555	7,6
ViaOeste	29.462	27.272	8,0
RodoNorte	14.533	13.591	6,9
Ponte	13.549	13.060	3,7
ViaLagos	1.726	1.674	3,1
Total	140.320	130.583	7,5

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Dentre os fatores específicos que contribuíram no crescimento do tráfego observou-se:

(i) AutoBAn – o tráfego beneficiou-se da fiscalização do centro expandido de Nova Odessa e do anel viário de Limeira para coibir o uso das vias urbanas pelos caminhões que não têm origem ou destino na cidade, bem como do aumento do movimento de cargas em direção ao Porto de Santos e do transporte de fertilizantes para o interior.

(ii) NovaDutra – aumento no movimento de auto-peças e insumos para as montadoras do Vale do Paraíba, bem como o retorno do tráfego de caminhões pesados, após inauguração de nova ponte sobre o rio Paraíba do Sul, em substituição à que cedeu na BR101/RJ, em Campos dos Goytacazes.

(iii) ViaOeste – o movimento de cargas continua crescente em direção ao Porto de Santos e de transporte de fertilizantes para o interior.

(iv) RodoNorte – o movimento de cargas continua crescente para o Porto de Paranaguá , com destaque para a exportação de carnes e congelados e a importação de fertilizantes.

(v) ViaLagos – crescimento no abastecimento de produtos para suportar a demanda gerada na região turística.

(vi) Ponte – retorno do tráfego de caminhões após a queda da ponte da BR101/RJ em Campos dos Goytacazes, devido à inauguração de outra ponte sobre o Rio Paraíba do Sul.

2. Custos totais desembolsáveis

Os custos totais desembolsáveis foram 6,9% superiores na comparação com o primeiro trimestre de 2007, principalmente em virtude de aumento de gastos com pessoal (implantação da política de provisão contábil para remuneração variável a, partir de dezembro de 2007, aumento do número de funcionários e dissídio) e de serviços especializados contratados, bem como em decorrência da correção de preços incidente sobre vários itens.

3. EBITDA

O EBITDA aumentou 17,7% e a margem melhorou 2,2 pontos percentuais. O aumento está essencialmente relacionado ao crescimento do tráfego e da receita, conforme explicado acima.

4. Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido negativo expandiu-se em 23,7%, principalmente em virtude da atualização monetária das debêntures emitidas pelas empresas do Sistema CCR, baseadas principalmente em IGPM, que teve elevação de 2,4% no trimestre. Em 2006 a variação do IGPM no primeiro trimestre foi de 1,1%. O resultado também foi influenciado pelo aumento do endividamento financeiro.

5. Investimentos

Os investimentos em imobilizado totalizaram R$ 103.105 (em regime de caixa), apresentando redução de 2%, em função basicamente do cronograma de cumprimentos de obrigações contratuais relativas a obras de ampliação, modernização, reformas e recuperações de pavimentos e obras-de-arte do sistema rodoviário.

6. Dívida líquida

O endividamento líquido aumentou 10,8%, principalmente pela captação de novo empréstimos para a integralização de capital na Northwest Parkway, ocorrida em novembro de 2007, pela emissão de debêntures da ViaOeste, ocorrida em agosto de 2007, bem como pela atualização monetária dos passivos financeiros.

7. Dividendos

Em 11 de abril de 2008, a CCR distribuiu dividendos no montante de R$ 201,6 milhões, equivalente a R$ 0,50 por ação, referente ao exercício de 2007. Essa distribuição complementou a antecipação de dividendos que ocorreu no dia 31 de agosto de 2007, no montante de R$ 330,5 milhões, equivalente a R$ 0,82 por ação, resultando em um *payout* relativo ao exercício de 2007 de 91,2%.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Unidades)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Unidades)	
01	CONC. DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.	00.861.626/0001-92	ABERTA CONTROLADA	100,00	25,34
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		128.766.175		128.766.175	
02	CONC. SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES SA	02.451.848/0001-62	ABERTA CONTROLADA	100,00	19,40
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		174.999.998		174.999.998	
03	CONC. DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.	01.612.234/0001-52	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,91
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		35.167.995		35.167.995	
04	CONC. DA PONTE RIO NITEROI S.A.	00.358.042/0001-07	FECHADA CONTROLADA	100,00	2,19
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		19.421.329		19.421.329	
05	RODONORTE C0NC. RODOVIAS INTEGRADAS S.A.	02.221.531/0001-30	ABERTA CONTROLADA	85,92	8,67
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1.846.936.430		1.846.936.430	
06	PARQUES SERVIÇOS LTDA	03.910.714/0001-25	FECHADA CONTROLADA	85,92	0,03
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		8.592		8.592	
07	ACTUA SERVIÇOS COMPARTILHADOS LTDA.	05.397.412/0001-20	FECHADA CONTROLADA	99,90	0,04
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		9.990		9.990	
08	ACTUA ASSESSORIA LTDA.	05.410.674/0001-88	FECHADA CONTROLADA	99,90	0,54
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		9.990		9.990	
09	ENGELOG CENTRO DE ENGENHARIA LTDA.	05.455.633/0001-08	FECHADA CONTROLADA	99,90	0,36
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		9.990		9.990	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Unidades)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Unidades)	
10	SERVIÇOS E TECNOL. DE PAGAMENTOS S.A	05.699.264/0001-07	FECHADA CONTROLADA	38,25	0,87
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		8.528.832		8.528.832	
11	CONC.DE ROD.DO OESTE DE SP-VIAOESTE S.A	02.415.408/0001-50	ABERTA CONTROLADA	100,00	15,94
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		13.976.292.242		13.976.292.242	
12	COMPANHIA DE CONCES. RODOVIÁRIAS. MÉXICO	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	-0,13
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1.999.999		1.999.999	
13	CONC.DA LINHA 4 DO METRÔ SÃO PAULO S.A	07.682.638/0001-07	FECHADA CONTROLADA	58,00	1,50
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		63.572.142		63.572.142	
14	CCR - USA, LLC.	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	-0,06
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1		1	
15	CONC. DO RODOANEL OESTE S.A.	09.387.725/0001-59	FECHADA CONTROLADA	99,00	0,00
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		990		990	
16	ESCAFANDRO PARTICIPAÇÕES S.A.	09.367.702/0001-82	FECHADA CONTROLADA	99,00	1,68
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		30.000.990		0	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	01
2 - Nº ORDEM	2
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/014
4 - DATA DO REGISTRO CVM	04/04/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	01/03/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/03/2011
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	105% CDI
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	150.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	15.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	15.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

INFORMAÇÕES NÃO REVISADAS PELOS AUDITORES

Composição dos acionistas da Companhia de Concessões Rodoviárias com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2008:

Acionistas	ON	%	Total	%
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	64.393.416	15,97%	64.393.416	15,97%
Andrade Gutierrez Concessões S.A.	66.193.684	16,42%	66.193.684	16,42%
Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia	72.160.304	17,90%	72.160.304	17,90%
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	72.160.300	17,90%	72.160.300	17,90%
Outros	128.194.096	31,80%	128.194.096	31,80%
Total	**403.101.800**	**100,00%**	**403.101.800**	**100,00%**

Composição dos acionistas da Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe,
até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2008:

Acionistas	ON	%	Total	%
Camargo Corrêa S.A.	526.206.811	100,00%	526.206.811	100,00%
Outros	9	0,00%	9	0,00%
Total	**526.206.820**	**100,00%**	**526.206.820**	**100,00%**

Composição dos acionistas da Camargo Corrêa S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2008:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Participações Morro Vermelho S.A.	48.937	99,98%	93.099	95,69%	142.036	97,04%
Outros	9	0,02%	4.203	4,31%	4.212	2,96%
Total	**48.946**	**100,00%**	**97.302**	**100,00%**	**146.248**	**100,00%**

Composição dos acionistas da Participações Morro Vermelho S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2008:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	4.882.646	33,33%	0	0,00%	4.882.646	33,33%
Renata de Camargo Nascimento	4.882.646	33,33%	0	0,00%	4.882.646	33,33%
Regina de Camargo P. Oliveira Dias	4.882.644	33,33%	0	0,00%	4.882.644	33,33%
Outros	191	0,00%	0	0,00%	191	0,00%
Total	**14.648.127**	**100,00%**	**0**	**0,00%**	**14.648.127**	**100,00%**

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez Concessões S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2008:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Andrade Gutierrez Participações S.A.	42.464.341	76,48%	42.464.554	76,48%	84.928.895	76,48%
IFC - International Finance Corporation	8.246.717	14,85%	8.246.717	14,85%	16.493.434	14,85%
AG Invest Fundo de Investimento em Participações	4.806.293	8,66%	4.806.294	8,66%	9.612.587	8,66%
Outros	8.028	0,01%	7.808	0,01%	15.836	0,01%
Total	**55.525.379**	**100,00%**	**55.525.373**	**100,00%**	**111.050.752**	**100,00%**

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2008:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Andrade Gutierrez S.A.	233.761.338	100,00%	467.522.687	100,00%	701.284.025	100,00%
Outros	5	0,00%	0		5	0,00%
Total	**233.761.343**	**100,00%**	**467.522.687**	**100,00%**	**701.284.030**	**100,00%**

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2008:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Administradora Santana Ltda.	238.663.826	33,33%	477.336.173	33,33%	715.999.999	33,33%
Administradora São Miguel Ltda.	238.663.826	33,33%	477.336.173	33,33%	715.999.999	33,33%
Administradora Santo Estevão S/A.	238.663.827	33,33%	477.336.173	33,33%	716.000.000	33,33%
Outros	9	0,00%	0	0,00%	9	0,00%
Total	**715.991.488**	**100,00%**	**1.432.008.519**	**100,00%**	**2.148.000.007**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Administradora Santana Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2008:

Cotistas	cotas	%
Angela Gutierrez	99.998	33,33%
Cristiana Gutierrez	99.998	33,33%
Espólio de Roberto Gutierrez	99.970	33,32%
Outros	34	0,02%
Total	**300.000**	**100,00%**

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos cotistas da Administradora São Miguel Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2008:

Cotistas	cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	200	0,00%
Vera Furtado de Andrade	200	0,00%
Travessia Participações Ltda	1.455.200	7,66%
Guvidala Participações Ltda	1.497.200	7,88%
Nadja Participações Ltda	1.404.800	7,40%
Cristália Participações Ltda	1.431.200	7,54%
Água Branca Participações Ltda	1.392.800	7,33%
Verdigris Participações Ltda	1.372.400	7,23%
Marrote Participações Ltda	1.196.000	6,31%
Marília Furtado de Andrade	1.261.200	6,64%
Laura Furtado de Andrade	1.320.000	6,95%
Heloisa Furtado de Andrade	1.320.000	6,95%
Flávio Furtado de Andrade	1.203.600	6,34%
Alvaro Furtado de Andrade	1.376.400	7,25%
Luciana Furtado Andrade	1.368.000	7,20%
Paulo Furtado de Andrade	1.390.800	7,32%
Total	**18.990.000**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Travessia Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2008:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Paulo Furtado de Andrade	1.455.200	100,00%
Total	**1.455.201**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Guvidala Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2008 :

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Álvaro Furtado de Andrade	1.497.200	100,00%
Total	**1.497.201**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Nadja Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2008:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Luciana Furtado de Andrade	1.404.800	100,00%
Total	**1.404.801**	**100,00%**

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos cotistas da Cristália Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2008:

Cotistas	cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Heloisa Furtado de Andrade	1.431.200	100,00%
Total	**1.431.201**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Água Branca Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2008:

Cotistas	cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Laura Furtado de Andrade	1.392.800	100,00%
Total	**1.392.801**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Verdigris Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2008:

Cotistas	cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Marília Furtado de Andrade	1.372.400	100,00%
Total	**1.372.401**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Morrote Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2008:

Cotistas	cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Flávio Furtado de Andrade	1.196.000	100,00%
Total	**1.196.001**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Administradora Santo Estevão S.A. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2008:

Acionistas	ações	%
Sergio Lins Andrade	4.986.587	99,72%
Outros	13.776	0,28%
Total	**5.000.363**	**100,00%**

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Serveng-Civilsan S.A. Emp. Assoc. de Eng. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2008:

Acionistas	ON	%	Total	%
Soares Penido Part. e Emp. S.A.	42.335.642.664	100,00%	42.335.642.664	100,00%
Outros	3	0,00%	3	0,00%
Total	**42.335.642.667**	**100,00%**	**42.335.642.667**	**100,00%**

Composição dos acionistas da Soares Penido Part. e Emp. S.A. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2008:

Acionistas	ON	%	Total	%
Thadeu Luciano Marcondes Penido	200.000.000	33,33%	200.000.000	33,33%
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	200.000.000	33,33%	200.000.000	33,33%
Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vechia	200.000.000	33,33%	200.000.000	33,33%
Total	**600.000.000**	**100,00%**	**600.000.000**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Brisa Participações e Empreendimentos Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2008:

Cotistas	cotas	%
Brisa Internacional SGPS S.A.	599.188.237	100,00%
Brisa Autoestradas de Portugal S.A.	1	0,00%
Total	**599.188.238**	**100,00%**

Composição dos acionistas da Brisa Internacional SGPS S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2008:

CAPITAL ESTRANGEIRO

Composição dos acionistas da Brisa Autoestradas de Portugal S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2008:

CAPITAL ESTRANGEIRO

Ações da Companhia em circulação (free-float)

Após o desdobramento das ações (split em fevereiro de 2006) a quantidade de ações em circulação (free-float) corresponde a 115.209.712, representando 28,58% do capital da Companhia.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Quadro indicativo da participação direta e indireta dos acionistas controladores, conselho de administração, conselho fiscal e diretores da Companhia de Concessões Rodoviárias em 31 de março de 2008:

Acionistas	ON	%	Total	%
Controladores	286.683.396	71,12%	286.683.396	71,12%
Conselho de Administração	1.483.536	0,37%	1.483.536	0,37%
Conselho Fiscal	0	0%	0	0%
Diretores	48.000	0,01%	48.000	0,01%
Outros (mercado)	114.886.868	28,50%	114.886.868	28,50%
Total	**403.101.800**	**100,00%**	**403.101.800**	**100,00%**

Quadro indicativo da participação direta e indireta dos acionistas controladores, conselho de administração, conselho fiscal e diretores da Companhia de Concessões Rodoviárias em 31 de março de 2007:

Acionistas	ON	%	Total	%
Controladores	286.283.396	71,02%	286.283.396	71,02%
Conselho de Administração	1.984.736	0,49%	1.984.736	0,49%
Conselho Fiscal	100	0%	100	0%
Diretores	48.000	0,01%	48.000	0,01%
Outros (mercado)	114.785.568	28,48%	114.785.568	28,48%
Total	**403.101.800**	**100,00%**	**403.101.800**	**100,00%**

Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu estatuto Social.

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

Ao
Conselho de Administração da
Companhia de Concessões Rodoviárias
São Paulo - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais (ITR) da Companhia de Concessões Rodoviárias e dessa Companhia e suas controladas (informações consolidadas) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, os fluxos de caixa, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu principalmente de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e suas controladas.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas, para que estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, incluindo a Instrução CVM 469/08.

4. Conforme mencionado na nota explicativa 2.1, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei n˚. 11.638, com vigência a partir de 1º. de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei n° 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocará mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, as principais alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem integralmente aplicadas pelas companhias. Dessa forma, nessa fase de transição, a CVM, por meio da Instrução nº. 469 de 2 maio de 2008, previu a divulgação em notas explicativas dos efeitos advindos das novas disposições da Lei n° 11.638/07 na preparação das Informações Trimestrais (ITR) assim como a aplicação de algumas disposições. Assim, as informações contábeis contidas nas ITR do trimestre findo em 31 de março de 2008, foram elaboradas de acordo com instruções específicas da CVM e não contemplam necessariamente todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei n° 11.638/07.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

8 de maio de 2008

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	NOTAS EXPLICATIVAS	10
05	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	61
06	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	62
06	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	64
07	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	66
08	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	68
09	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	72
10	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	74
16	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	75
17	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	81
		CONC. DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.	
		CONC. SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES SA	
		CONC. DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.	
		CONC. DA PONTE RIO NITEROI S.A.	
		RODONORTE C0NC. RODOVIAS INTEGRADAS S.A.	
		PARQUES SERVIÇOS LTDA	
		ACTUA SERVIÇOS COMPARTILHADOS LTDA.	
		ACTUA ASSESSORIA LTDA.	
		ENGELOG CENTRO DE ENGENHARIA LTDA.	
		SERVIÇOS E TECNOL. DE PAGAMENTOS S.A	
		CONC.DE ROD.DO OESTE DE SP-VIAOESTE S.A	
		COMPANHIA DE CONCES. RODOVIÁRIAS. MÉXICO	
		CONC.DA LINHA 4 DO METRÔ SÃO PAULO S.A	
		CCR - USA, LLC.	
		CONC. DO RODOANEL OESTE S.A.	
		ESCAFANDRO PARTICIPAÇÕES S.A.	/82